



FLUXOS DA CORTE

O TRIBUNAL DE CONTAS EM MOVIMENTO



Revista de periodicidade semestral · Ano 1 · N° 2 · Julho/Dezembro | 2025 · Director: Sebastião Gunza

CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DRA. ROSA TATI

“Prestar contas é respeitar o povo”



VENERANDO JUIZ CONSELHEIRO
PRESIDENTE SEBASTIÃO GUNZA

**“VAMOS
CONTRIBUIR PARA
O FORTALECIMENTO
DA FISCALIZAÇÃO
FINANCEIRA A NÍVEL
DA LUSOFONIA”**

Juiz Conselheiro
Presidente do Tribunal de
Contas de Angola assume,
a partir de Outubro de
2025, a presidência rotativa
da OISC-CPLP, para um
mandato de dois anos

ANTIGA DIRECTORA PARA A CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA APLAUDE INICIATIVA

“Mãos que Protegem” chegam à Primeira Infância

XIII ASSEMBLEIA GERAL DA OISC-CPLP

30 SET. A 02 DE OUT.

ORGANIZAÇÃO
DAS INSTITUIÇÕES
SUPERIORES DE
CONTROLE DA CPLP

LUANDA 2025



INDEPENDÊNCIA
NACIONAL DE ANGOLA
1975-2025



ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E SEUS IMPACTOS

Hotel Inter Continental - Miramar - Luanda

Tribunais de Contas
Países de Língua Portuguesa



FICHA TÉCNICA

Director

Sebastião Gunza
- Juiz Conselheiro Pre-
sidente do Tribunal de
Contas de Angola

Conselho editorial

Colectivo de Juizes
Conselheiros: Sebas-
tião Gunza, Fausto
Simões, Manuel
Domingos, Olinda
França, Arlete da
Conceição, Armino
Jelembi, Rigoberto
Kambovo, Januário
Domingos, Sebastião
Bessa, Manuel da
Cruz Neto, Domingas
Garcia, Elisa Rangel e
Joaquim Mande

Coordenador editorial

Alexandre Cose

Editor e revisor

Cristóvão
de Almeida

Redacção

Alexandre Cose,
Cristóvão de
Almeida, Freitas
Bungas, Mateus
Gaspar e Cesaltina
Satyohamba

Designer gráfico

Jorge Caldeira
Armando Dalas (Capa)

Produção

Directriz Consultores

Propriedade

Tribunal de Contas
de Angola (TdC)

Endereço

Rua 17 de Setembro, Edifício do
Palácio da Justiça, 1, 2, 3 e 4 pisos
- Cidade Alta-Luanda

Telefone

+244222399120

Telemóvel

+244950757500

Email

acii@tcontas.ao

gcii.tribunaldecontas@tcontas.ao

Website

www.tcontas.ao

Distribuição gratuita

Tiragem

300 exemplares

Impressão e acabamento

Damer Gráficas

Todos os direitos relacionados com
esta Revista estão reservados.
É permitido que os textos sejam
usados, parcial ou integralmente,
desde que se faça a devida
referência à fonte original. O
plágio, ou seja, a reprodução de
uma obra sem a devida citação,
é considerado uma violação dos
direitos autorais e pode ter conse-
quências legais.

SUMÁRIO

Balanço positivo

8

O Presidente
cessante da OISC-
CPLP, o Juiz Conselheiro Presidente
do Tribunal de Contas da Guiné-
Bissau, Dr. Amadu Tidjane Baldé,
afirmou, numa entrevista à revista
Fluxos da Corte, que o trabalho que
desenvolveu, durante os dois anos
de mandato, está coroado de "muito
êxito e sucesso".

Capacidade reconhecida

10

O Secretário-Geral da
OISC-CPLP, Ministro
Benjamin Zymler, reco-
nheceu, em entrevista à revista *Fluxos
da Corte*, que a realização, em Angola,
da XIII Assembleia Geral da Institui-
ção representa o reconhecimento da
maturidade e da capacidade técnica
do Tribunal de Contas de Angola.

Despedida que é permanência

30

Quatro Juizes
Conselheiros do
Tribunal de Contas
de Angola vão
deixar a instituição
judicial por jubila-
ção. Trata-se dos doutores Joaquim
Mande, Domingas Alexandre Garcia,
Rigoberto Kambovo e Elisa Rangel. A
revista *Fluxos da Corte* faz, em nove
páginas, uma homenagem aos qua-
tro Juizes Conselheiros, por terem
contribuído para o fortalecimento
do sistema de fiscalização financeira
em Angola.

Memórias do Dr. Julião António

54

Primeiro Juiz Conselheiro Presidente
do Tribunal de Contas, Julião António,
ainda é lembrado, até hoje, por ter
criado os alicerces do órgão judicial.
Em Memórias da Corte, uma rubrica
que estreia nesta edição, o Dr. Julião
António, jubilado desde Dezembro de
2017, fala do passado e do presente do
Tribunal de Contas de Angola.

Combate à cibercriminalidade

60

O Juiz Conselheiro
Presidente do Tribunal
de Contas de Angola,
Sebastião Gunza, esteve
na Colômbia, onde foi
prelector convidado
de uma Conferência
Internacional sobre Segurança
Digital. Apresentou uma comunica-
ção, que teve como tema "Crimes
Cibernéticos e Fiscalização Pública:
Os desafios da Cibersegurança em
Angola".

Investimento digital

62

O Engenheiro Célio
do Amaral Gourgel, do
Tribunal de Contas de
Angola, assegurou, na
Colômbia, que o órgão
judicial angolano investe
em soluções digitais
robustas, para estar preparada contra
eventuais ataques cibernéticos.



Sebastião Gunza
Juiz Conselheiro Presidente
do Tribunal de Contas de Angola

Fiscalização Verde, a Fiscalização do Futuro

Há momentos na vida das instituições que são mais do que etapas de calendário; são páginas de história que se escrevem com o peso da responsabilidade e a leveza da esperança. Um desses marcos é a 13.^a Assembleia Geral da Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC-CPLP), que vai decorrer, em Luanda, de 30 de Setembro a 2 de Outubro de 2025.

Angola, ao assumir a presidência rotativa desta comunidade de Tribunais de Contas da lusofonia, fá-lo no ano jubilar dos seus 50 anos de Independência Nacional. É, pois, impossível não ver nesta coincidência um sinal: o de que a maturidade institucional caminha a par da maturidade política e que o exercício do controlo financeiro público deve servir, em última instância, a mesma causa que guiou o povo heróico para a conquista da liberdade e da sua dignidade humana.

“Alterações climáticas e seus impactos” será o tema que norteará a cimeira. Um tema actual e necessário, pois, se a justiça é a primeira condição da paz social, a preservação do ambiente é o alicerce da sobrevivência.

Presidir a OISC-CPLP neste contexto significa liderar com os olhos postos nas contas, mas, também, no horizonte verde que nos cabe proteger. Significa inspirar os nossos pares a realizarem auditorias coordenadas sobre áreas críticas, como a gestão da água, dos resíduos, da energia ou das áreas protegidas, e a transformarem os relatórios das referidas auditorias em bússolas para o fomento de políticas públicas mais justas e responsáveis.

Queremos uma presidência que não se limite a mediar sessões, mas que plante sementes que promovam o futuro, ou seja:

- sementes que promovam e consolidem a coope-

ração técnica, por via do intercâmbio permanente de conhecimento e do fomento de acções de capacitação que visem harmonizar metodologias e formar auditores para os desafios do século XXI;

- sementes que inspirem as ISCs para a transformação digital e desmaterialização dos processos, incorporando a inteligência artificial, com vista à promoção de maior eficácia e eficiência;
- sementes que promovam a responsabilidade ambiental por via de uma actuação mais vigorosa nas auditorias coordenadas competentes.

Neste espírito, Angola recebe o testemunho da Guiné-Bissau e assume a presidência da OISC-CPLP com honra, mas, sobretudo, com a consciência de que liderar é servir. Servir os povos lusófonos, promovendo a verdade e a lisura das contas públicas e a esperança de um planeta habitável para todos, por via da exortação ao respeito devido ao ambiente.

Que a nossa presidência seja, pois, lembrada como um tempo em que a fiscalização se vestiu de verde e as contas certas se confundiram com o direito de se viver num mundo justo e sustentável.

“*Se a justiça é a primeira condição da paz social, a preservação do ambiente é o alicerce da sobrevivência e sustentabilidade geracional. Presidir a OISC-CPLP neste contexto significa liderar com os olhos postos nas contas, mas também no horizonte verde que nos cabe proteger*”

MANDATO DE DOIS ANOS

Angola assume a partir deste ano presidência rotativa da OISC-CPLP

Presidência da Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC-CPLP) é exercida em regime rotativo pelos Estados-Membros e por um período de dois anos. Angola e Portugal são os países, até agora, com mais presidências assumidas



Cristóvão de Almeida

Angola vai acolher, pela terceira vez, num inter-
valo de nove anos, a Assembleia Geral da Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC-CPLP), que vai decorrer, em Luanda, de 30 de Setembro a 2 de Outubro deste ano (2025), igualando, assim, Portugal em número de edições que já acolheu e de presidências assumidas.

Angola assumiu a presidência da OISC-CPLP de 8 de Novembro de 2002 a 28 de Julho de 2004 e de 16 de Setembro de 2016 a 28 de Novembro de 2018.

A OISC-CPLP, que é, desde 2010, membro associado da Organização Internacional das Instituições Superiores de Controlo (INTOSAI), foi criada em 1995 e congrega oito dos nove Estados-Membros da CPLP, estando ainda fora do grupo a Guiné Equatorial. Criado em 1996, por força da Lei n.º 5/96, de 12 de Abril, o Tribunal de Contas de Angola, o órgão judicial responsável pela fiscalização financeira e orçamental do Estado, entrou em funcionamento apenas em 2001, um ano antes de Angola ter acolhido a II Assembleia Geral da OISC-CPLP. A II Assembleia Geral da OISC-CPLP deu a presidência rotativa a Angola, cargo assumido pelo

primeiro Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas de Angola, Julião António, que chegou a assumir pela segunda vez o mesmo cargo, depois de Angola ter acolhido, em 2016, a IX Assembleia Geral da OISC-CPLP.

O Dr. Julião António, jubilado desde Dezembro de 2017, estreou-se na OISC-CPLP, na qualidade de Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas de Angola, quando participou, em 16 de Julho de 2001, no V Encontro da OISC-CPLP, no qual foi aprovado o Estatuto da Organização, um documento que sofreu alterações em 2014 e em 2022.

A OISC-CPLP nasceu oficialmente em 29 de Junho de 1995,

um ano antes da proclamação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e é resultante da aprovação, por sete das actuais oito Instituições Superiores de Controlo (ISC) membros, de um “Memorandum de Entendimentos”, no I Encontro dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa.

Angola esteve representada, no I Encontro dos Tribunais de Contas da CPLP, pelo Conselheiro Ruiz Cruz, que era o responsável pela Comissão Instaladora do Tribunal de Contas de Angola.

O actual Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas de Angola, Sebastião Gunza, o terceiro na história do órgão judicial, está no cargo desde 19 de Junho de 2023, ano em que, nesta qualidade, participou na XII Assembleia Geral da OISC-CPLP, realizada, em Bissau, capital da Guiné-Bissau, de 6 a 9 de Novembro de 2023.

Quase dois anos depois da sua primeira participação numa edição da Assembleia Geral da OISC-CPLP, o Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas de Angola vai assumir, a partir de 2 de Outubro, a presidência da organização, para um mandato que vai terminar em 2027.

Em Julho deste ano, o Juiz Conselheiro Presidente, Sebastião Gunza, declarou que Angola vai assumir um papel activo, reforçando a troca de experiências entre as Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

“Pretendemos fazer um trabalho que torne Angola mais ouvida e respeitada no contexto internacional da fiscalização das finanças públicas”, prometeu.

De acordo com o Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas de Angola, a presidência

angolana vai priorizar a promoção de auditorias coordenadas entre os Estados-Membros, a capacitação técnica das instituições de controlo e o reforço da cooperação com organizações congéneres fora do espaço lusófono.

Estruturas da Organização

A OISC-CPLP tem cinco órgãos sociais, designadas, no Estatuto da Organização, por estruturas. São estruturas da OISC-CPLP a Assembleia Geral, o Conselho Directivo, a Presidência, a Secretaria Geral e o Centro de Estudos e Formação.

A Assembleia Geral é, por força do Estatuto, o órgão supremo da OISC-CPLP, no qual estão representadas todas as Instituições Membros de Pleno Direito.

De acordo com o Artigo 11º do Estatuto da OISC-CPLP, a Assembleia Geral reúne-se ordinariamente, de dois em dois anos, sob a presidência do dirigente da Instituição Membro de Pleno Direito do País anfitrião, a quem cabe a tarefa de apresentar a agenda preliminar dos trabalhos que serão desenvolvidos.

A Assembleia Geral pode reu-

nir-se extraordinariamente, por convocação do Presidente de uma das Instituições Membros ou do Secretário-Geral, desde que haja anuência de mais da metade das Instituições Membros de Pleno Direito, estando este pressuposto no Artigo 10º.

As despesas para a realização da Assembleia Geral, assim como para reuniões do Conselho Directivo e outros eventos, são suportadas pela Instituição Membro de Pleno Direito do País anfitrião, podendo o Conselho Directivo autorizar uma comparticipação naquelas despesas, por aplicação das receitas próprias.

A OISC-CPLP surgiu da necessidade de ser dado um impulso à cooperação técnica, científica e cultural entre as Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

O foco aglutinador das Instituições Superiores de Controlo da CPLP é a promoção da cooperação entre os Estados-Membros no campo do controlo e fiscalização da aplicação dos recursos públicos.

DESTAQUE



Uma imagem da XII Assembleia Geral Ordinária da OISC-CPLP, realizada em Bissau

DESTAQUE

Assembleia Geral da Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC-CPLP)



ANO	CIDADE	PAÍS	EDIÇÃO	PERÍODO
2001	Ponta Delgada	Portugal	I	16 a 17 de Julho
2002	LUANDA	ANGOLA	II	6 a 9 de Novembro
2004	Fortaleza	Brasil	III	26 a 28 de Julho
2006	Maputo	Moçambique	IV	18 a 22 de Julho
2008	Porto	Portugal	V	8 a 9 de Maio
2010	São Tomé	São Tomé e Príncipe	VI	11 a 14 de Outubro
2012	Cidade da Praia	Cabo Verde	VII	24 a 26 de Outubro
2014	Brasília	Brasil	VIII	16 a 19 de Setembro
2016	LUANDA	ANGOLA	IX	12 a 16 de Setembro
2018	Dili	Timor-Leste	X	26 a 28 de Novembro
2021	Lisboa	Portugal	XI	21 a 22 de Outubro
2023	Bissau	Guiné-Bissau	XII	6 a 9 de Novembro
2025	LUANDA	ANGOLA	XIII	30 de Set. a 02 de Out.



Instituições membros da OISC-CPLP

- Tribunal de Contas de Angola**
Presidente: Dr. Sebastião Domingos Gunza
- Tribunal de Contas de Cabo Verde**
Presidente: Dr. João Cruz Borges da Silva
- Tribunal de Contas da União (Brasil)**
Presidente: Dr. Vital do Rêgo Filho
- Tribunal de Contas da Guiné-Bissau**
Presidente: Dr. Amadu Tidjane Baldé
- Tribunal Administrativo de Moçambique**
Presidente: Dra. Ana Maria Gemo Bié
- Tribunal de Contas de Portugal**
Presidente: Dra. Filipa Urbano Calvão
- Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe**
Presidente: Dr. Ricardino Costa Alegre
- Tribunal de Recurso de Timor-Leste**
Presidente: Dr. Afonso Camona

VOCÊ SABIA?

Cortes de Contas mais antigas na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Tribunal de Contas de Portugal

1389-2025
Criado como Casa dos Contos, em 5 de Julho de 1389, o Tribunal de Contas de Portugal passou a ter esta nova designação a partir de Novembro de 1849.
636 anos

Tribunal de Contas da União (Brasil)

1890-2025
135 anos



AFIRMAÇÃO DO PRESIDENTE CESSANTE DA OISC-CPLP

Liderança "sábria e forte" do Presidente Gunza vai impulsionar a OISC-CPLP

Dr. Amadu Tidjane Baldé considera o homólogo angolano um amigo que está à frente de um Tribunal de Contas muito activo e dinâmico no seio da Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Alexandre Cose

O Presidente cessante da Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC-CPLP), Dr. Amadu Tidjane Baldé, disse esperar que o mandato do Juiz Conselheiro Presidente, Dr. Sebastião Gunza, que o vai substituir na presidência da OISC-CPLP, a partir de Outubro deste ano (2025), seja pautado pelo reforço da unidade e coesão das Instituições Superiores de Controlo (ISC) no seio da Organização.

O Dr. Amadu Tidjane Baldé, que é o Venerando Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas da Guiné-Bissau, declarou que são boas as expectativas que existem à volta da presidência do Tribunal de Contas de Angola na OISC-CPLP e disse esperar, igualmente, que consiga alargar as redes de parcerias da OISC-CPLP com outras organizações congéneres.

"Espero muito que o Tribunal de Contas de Angola continue a conferir mais visibilidade à Organização, assim como consolidar, estender e fortificar, ainda mais, a cooperação existente entre as ISC", acentuou o Presi-



dente cessante da OISC-CPLP, numa entrevista concedida à revista *Fluxos da Corte - O Tribunal de Contas em Movimento*, durante a qual considerou o Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas de Angola um "amigo"

que está à frente de um Tribunal "muito ativo e dinâmico no seio da OISC-CPLP".

A convicção manifestada pelo presidente cessante da OISC-CPLP, quanto às expectativas que existem, foi reforçada quan-

Cooperação entre as ISC é agora mais técnica do que institucional

O Presidente cessante da OISC-CPLP declarou que a cooperação entre as Instituições Superiores de Controlo tem sido, agora, mais técnica e mais próxima dos profissionais que actuam no terreno, tendo deixado, assim, de ser apenas "institucional no topo".

O Dr. Amadu Tidjane Baldé afirmou que há uma subida qualitativa no nível de cooperação entre os Tribunais de Contas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e sublinhou que a subida qualitativa já se regista há alguns anos, mas essencialmente durante o seu mandato.

O magistrado judicial referiu que a cooperação entre as Instituições Superiores de Controlo da CPLP passou de uma actualização ao nível dos representantes das Instituições para um modelo mais alargado e participativo.

O Presidente cessante da OISC-CPLP qualificou como marco importante da subida qualitativa da cooperação a realização de auditorias coordenadas, em cujos trabalhos estiveram envolvidas equipas técnicas das Instituições-Membros em áreas de grande relevância, como a protecção ambiental e o combate à violência baseada no género.

"Essas ações permitiram um diálogo direto entre os auditores, a partilha de metodologias e a criação de soluções conjuntas para desafios comuns", adiantou o Dr. Amadu Tidjane Baldé, que disse serem as auditorias coordenadas um exercício de cooperação técnica e de transferência de conhecimentos, um facto que tem permitido "o reforço das nossas capacidades institucionais, bem como o alinhamento de metodologias e padrões de controlo externo".

O magistrado judicial deu ênfase ao facto de, durante o seu



mandato, como Presidente da OISC-CPLP, terem sido criadas a Rede de Jovens Auditores e a Rede de Mulheres Líderes da OISC-CPLP, iniciativas que visam promover a integração e a valorização dos jovens, a igualdade e a equidade de género e o empoderamento feminino nas Instituições Superiores de Controlo.

A criação das duas redes está entre as várias realizações de grande relevância e impacto alcançadas pela OISC-CPLP durante o mandato do Venerando Juiz Conselheiro Amadu Tidjane Baldé, como disse o próprio na conversa com a **Fluxos da Corte - O Tribunal de Contas em Movimento**.

"Assumir, pela primeira vez, a presidência rotativa da OISC-CPLP foi, para mim, uma honra e uma responsabilidade de grande significado", declarou o Dr. Amadu Tidjane Baldé, que considerou o balanço do seu mandato "francamente positivo", por ter sido "coroado de muito êxito e sucesso".

Nota da Redacção: A entrevista foi feita por escrito. Por esta razão, respeitouse, nas citações, a forma como certas palavras são grafadas de acordo com as regras do Acordo Ortográfico, um tratado internacional já ratificado pela Guiné-Bissau e que tem como objectivo unificar a ortografia da Língua Portuguesa.



MINISTRO BRASILEIRO BENJAMIN ZYMLER

Secretário-Geral deseja que o Presidente Gunza tenha liderança inclusiva

Ministro Benjamin Zymler reconhece que as Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa enfrentam desafios que exigem respostas coordenadas e inovadoras

Alexandre Cose

No cargo de Secretário-Geral da Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC-CPLP) desde Julho de 2024, o Ministro Benjamin Zymler sugeriu que Angola adopte, quando estiver à frente da Organização, a partir de Outubro deste ano (2025), uma liderança inclusiva e orientada para resultados.

O Ministro Benjamin Zymler, que concedeu, por escrito, uma entrevista à revista *Fluxos da Corte – O Tribunal de Contas em Movimento*, referiu que espera de uma Angola que promova “iniciativas que valorizem a diversidade institucional” das Instituições Superiores de Controlo da CPLP e assegure que “todos, independentemente

da sua dimensão ou nível de maturidade, possam se beneficiar das ações de cooperação”.

O magistrado judicial referiu, quando respondia a uma pergunta sobre que estratégias existem para o apoio, de modo especial, aos Tribunais de Contas com maiores necessidades de capacitação, que “a heterogeneidade da organização exige estratégias de cooperação sensíveis, inclusivas e equitativas, capazes de garantir que todos os Tribunais de Contas se beneficiem plenamente das iniciativas da Organização”.

O Dr. Benjamin Zymler reconheceu que a OISC-CPLP e as Instituições-Membros enfrentam desafios que exigem respostas coordenadas e inovadoras, tendo acentuado que se verifica “a necessidade de modernização contínua, especialmente no que se refere à adoção de tecnologias emergentes,

à digitalização dos processos de auditorias e ao desenvolvimento de seus quadros técnicos, que já são altamente qualificados”.

Para o Secretário-Geral Benjamin Zymler, a XIII Assembleia Geral da OISC-CPLP, que vai decorrer, em Luanda, de 30 de Setembro a 2 de Outubro deste ano, representa uma oportunidade estratégica para fortalecer a coesão e a solidariedade institucional no espaço lusófono”, porque, no seu entender, “permitirá a partilha de boas práticas, o lançamento de novas iniciativas conjuntas e a consolidação de redes de cooperação técnica, com foco na capacitação, especialmente dedicada à temática de sustentabilidade”.

Na entrevista, que vai ser integralmente publicada no formato pingue-pongue (perguntas e respostas), na próxima edição

desta revista do Tribunal de Contas de Angola, o Ministro Benjamin Zymler falou da promoção da igualdade de género e do envolvimento das novas gerações de auditores.

“A participação feminina em posições de liderança é incentivada por meio de formações e iniciativas de intercâmbio que visam ampliar a representatividade das mulheres nos espaços decisórios”, sublinhou o Dr. Benjamin Zymler, tendo mencionado dois exemplos ilustrativos: O Programa de Intercâmbio (ProInter-TCU) “Mulheres na Liderança”, promovido pelo Tribunal de Contas da União (Brasil), e uma mesa-redonda sobre o tema “Mulher na Liderança”, promovida pelo Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe.

Protecção do ambiente

O Ministro Benjamin Zymler, que respondeu a um questionário

de 20 perguntas, fez, na entrevista, o ponto da situação dos preparativos da XIII Assembleia Geral da OISC-CPLP, que vai discutir, como tema principal, as “Mudanças climáticas e seus impactos”.

“Os preparativos para a XIII Assembleia Geral da OISC-CPLP estão sendo conduzidos pelo Tribunal de Contas de Angola em coordenação com a Secretaria-Geral e o Centro de Estudos e Formação da Organização”, explicou o Ministro Benjamin Zymler, acrescentando que foram criadas equipas técnicas que “trabalham de forma cooperacional e diligente” para a realização, em Luanda, da Assembleia Geral, a terceira que Angola acolhe.

O entrevistado considerou o tema central da XIII Assembleia Geral uma “questão de relevância”, por causa dos “desafios actuais globais”, e afirmou que o evento “será uma oportunidade

para fortalecer a cooperação lusófona nesse tema e aprofundar os vínculos institucionais entre os Países-Membros”.

O Ministro Benjamin Zymler anunciou que a XIII Assembleia Geral vai ter uma agenda voltada para os desafios contemporâneos enfrentados pelas Instituições Superiores de Controlo e para o intercâmbio técnico e institucional entre os Países-Membros da Comunidade.

De acordo com o Secretário-Geral da OISC-CPLP, está prevista a realização de uma palestra que vai abordar os efeitos das mudanças climáticas sobre as políticas públicas e o papel das Instituições Superiores de Controlo na promoção da resiliência ambiental, um tema que, acentuou, “reforça o compromisso da OISC-CPLP com a auditoria ambiental e com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”.

Angola é um membro activo na publicação de informações

O Secretário-Geral da OISC-CPLP fez rasgados elogios ao Tribunal de Contas de Angola quando respondeu à pergunta sobre como Angola tem aproveitado a sua participação na OISC-CPLP para reforçar as suas capacidades no domínio do controlo das finanças públicas.

O Tribunal de Contas de Angola tem se destacado pelo firme comprometimento com as actividades da Organização, demonstrando grande disponibilidade em apoiar a comunidade, afirmou o responsável pela Secretaria-Geral da OISC-CPLP.

O Secretário-Geral Benjamin Zymler revelou que o Tribunal de Contas de Angola figura entre os membros mais activos na publicação de informações, notícias e conteúdos relevan-

O Tribunal de Contas de Angola tem se destacado pelo firme comprometimento com as actividades da Organização, demonstrando grande disponibilidade em apoiar a comunidade

tes no portal da Organização.

Um outro elogio feito ao Tribunal de Contas tem a ver com o facto de cumprir, com diligência, as auditorias às contas da OISC-CPLP e da Secretaria-Executiva da CPLP, sempre que designado.

Além disso, acrescentou, o Tribunal de Contas de Angola tem participado, de forma constante, em actividades de intercâmbio com os seus pares na Organização e com tribunais sub-nacionais, sendo prova disso as trocas contínuas mantidas com os Tribunais de Contas de Portugal, de Cabo Verde e do Estado brasileiro da Bahia, além de ter participado nas duas edições do programa de intercâmbio “Mulheres na Liderança”.

Nota da Redacção: A entrevista foi feita por escrito. Por esta razão, respeitou-se, nas citações, a forma como certas palavras são grafadas de acordo com as regras do Acordo Ortográfico, um tratado internacional já ratificado pelo Brasil e que tem como objectivo unificar a ortografia da Língua Portuguesa.

JUIZ CONSELHEIRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DE ANGOLA

“A lusofonia pode influenciar positivamente os rumos da fiscalização a nível internacional”

Angola, por intermédio do seu Tribunal de Contas, vai assumir, a partir de Outubro deste ano, a presidência rotativa da Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC-CPLP). Criada em 1995, antes mesmo da fundação formal da CPLP, a OISC-CPLP é uma plataforma de cooperação técnica, científica e cultural entre os órgãos de controlo das finanças públicas dos países de língua portuguesa. A transferência da presidência da OISC-CPLP para Angola está na origem de uma suculenta entrevista concedida pelo Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas de Angola, Sebastião Gunza, à revista *Fluxos da Corte (FC) - O Tribunal de Contas em Movimento*. Na entrevista, o Presidente Sebastião Gunza assegurou que Angola vai exercer um papel activo, promovendo a transparência, o reforço da fiscalização das finanças públicas e a partilha de experiências entre as Instituições Superiores de Controlo da CPLP.



Alexandre Cose

Fluxos da Corte (FC) - Venerando Juiz Conselheiro Presidente, qual é o significado de Angola assumir a presidência

rotativa da OISC-CPLP em 2025, justamente no ano em que se comemoram 50 anos da Independência Nacional?

Sebastião Gunza (SG) - Assumir a presidência da OISC-CPLP

este ano representa, antes de tudo, uma grande honra e uma responsabilidade histórica para Angola. A coincidência com o cinquentenário da nossa Independência confere a este acon-

“Abordagem colaborativa multiplica o impacto do controlo financeiro”

tecimento um simbolismo ímpar. Há 50 anos, Angola iniciava o caminho como Nação soberana, empenhada em construir as suas instituições. Meio século depois, podemos dizer, com orgulho, que uma dessas instituições, o Tribunal de Contas, atingiu um patamar de maturidade e reconhecimento que a permite liderar, pela confiança unânime dos seus pares, a organização que congrega os organismos supremos de controlo dos países de língua portuguesa. Julgo que isso demonstra o quanto evoluímos institucionalmente. Passámos de país recém-independente, e com imensos desafios de reconstrução, para um país que, hoje, digamos assim, dá contributos relevantes na definição de agendas e estratégias de fiscalização das finanças públicas no contexto regional.

FC - Podemos considerar que esta presidência é, também, um tributo à visão e ao trabalho árduo de todos os que, ao longo destes anos, construíram e consolidaram o Tribunal de Contas de Angola?

SG - Ao assumirmos esta presidência rotativa, sentimos que honramos a memória da geração da Independência e de todos os que batalharam por um Estado angolano assente em princípios de legalidade, transparência e desenvolvimento. Pessoalmente, enquanto Presidente do Tribunal de Contas, encaro este feito como um voto de confiança dos colegas das outras ISC [Instituições Superiores de Controlo] e como um

incentivo para prosseguirmos, com determinação, o caminho de excelência.

FC - Quais serão as principais prioridades e propostas de Angola durante estes dois anos em que estará à frente da OISC-CPLP?

SG - Pretendemos uma presidência dinâmica, contemporânea e alinhada com os desafios do século XXI. Elegemos, como tema central da nossa presidência, as questões ambientais, já que o ambiente confunde-se com a nossa existência: é nele que nos realizamos e, por isso, defendê-lo é proteger a saúde pública e as

gerações futuras. Temos debatido esse tema em diversos fóruns internacionais, incluindo iniciativas da INTOSAI, e entendemos que o nosso país, ao completar cinquenta anos de Independência, pode dar um contributo valioso à fiscalização das políticas públicas ambientais. Isso passa por promover auditorias coordenadas entre nós, de modo a explorarmos vantagens comuns.

FC - O que é que pretende transmitir, quando fala em promover auditorias coordenadas entre os países da CPLP?

SG - Escolhendo temas comuns e realizando auditorias conjuntas para partilhar metodologias e alinhar recomendações. Acredito que essa abordagem colaborativa multiplica o impacto do controlo. Juntos, conseguiremos ter uma visão mais abrangente e estimular mutuamente melhorias nos nossos processos. Angola quer incentivar mais iniciativas, em áreas sociais, ambientais ou económicas. Por exemplo, poderemos considerar [a realização de] auditorias coordenadas no domínio da Saúde Pública, da Gestão Ambiental ou da Educação, conforme as necessidades partilhadas no espaço CPLP.

FC - Como vai promover a capacitação técnica e o fortalecimento das Instituições Superiores de Controlo, uma vez que cada país tem os seus desafios e níveis de desenvolvimento institucional distintos?

SG - Coloca bem a questão. Entendo que, através da OISC-CPLP,

“
Passámos de país recém-independente, e com imensos desafios de reconstrução, para um país que, hoje, digamos assim, dá contributos relevantes na definição de agendas e estratégias de fiscalização das finanças públicas no contexto regional.”



podemos nivelar por cima, trocando experiências e formando os nossos quadros de modo conjunto. Angola propõe a realização de acções de formação de alto nível, seminários temáticos e estágios de intercâmbio entre técnicos. Já iniciámos esse caminho.

FC – De que forma?

SG - Há poucos meses, organizámos, em parceria com o Brasil, uma formação avançada sobre Inteligência Artificial aplicada à auditoria, na qual equipas angolanas participaram activamente. Foi uma oportunidade de adquirir conhecimentos inovadores – e demonstra como a cooperação, no seio da Organização, pode preparar-nos para os desafios emergentes, como o uso de tecnologias de ponta na fiscalização. Pretendemos, portanto, expandir programas de treino e qualificação, contando, inclusive, com o apoio de parceiros internacionais, como bancos multilaterais de desenvolvi-

mento, a ONU e instituições como o Instituto Rui Barbosa, que já colaborou connosco.

FC – O que se pretende mais?

SG - Também queremos incentivar a adopção de normas

“A terceira grande prioridade da nossa presidência será reforçar a cooperação para além do espaço lusófono. Ou seja, aproveitar a posição geoestratégica e cultural da CPLP para servir de ponte com organizações congéneres de outras regiões.”

internacionais de auditoria e boas práticas por todas as ISC da CPLP, respeitando a realidade de cada uma, mas puxando pela melhoria contínua de todas. A terceira grande prioridade da nossa presidência será reforçar a cooperação para além do espaço lusófono. Ou seja, aproveitar a posição geoestratégica e cultural da CPLP para servir de ponte com organizações congéneres de outras regiões.

FC – A OISC-CPLP tem sido bastante actuante a nível global?

SG - Felizmente, já temos membros da nossa comunidade bastante actuantes a nível global. Recordo que a OISC-CPLP é, desde 2010, membro associado da INTOSAI, a organização mundial de entidades fiscalizadoras superiores, o que nos insere num contexto mais amplo. Queremos aprofundar essa ligação global, por exemplo, participando em auditorias e iniciativas internacionais sobre

ENTREVISTA

temas como corrupção, desenvolvimento sustentável (cumprimento da Agenda 2030) e combate às mudanças climáticas. Além disso, vale mencionar que Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Portugal – seis países da CPLP – também integram a recém-criada Organização Internacional das Instituições Superiores de Controlo com Funções Jurisdicionais (JURISAI) e alguns deles, como Angola, Brasil e Portugal, ocupam lugares de relevo no seu Conselho de Administração.

A ênfase que faz à presença de três países de língua portuguesa no Conselho de Administração da JURISAI é um sinal de reconhecimento da maturidade da OISC-CPLP?

SG - Isso mostra que a lusofonia pode influenciar positivamente os rumos da fiscalização a nível internacional. Julgo que a CPLP tem contributos valiosos a dar, por exemplo, na área da Fiscalização Preventiva de Contratos Públicos, onde Angola tem inovado com mecanismos como os vistos mais céleres, ou na área do Controlo Concomitante de Grandes Projectos. Ao mesmo tempo, ao cooperarmos com outros blocos, podemos trazer, para dentro da CPLP, novas ideias sobre transparência, participação cidadã na auditoria (um tema emergente) e uso de tecnologias de informação. Em resumo, as nossas propostas centrais giram em torno desses eixos: cooperação técnica estreita entre nós, capacitação e modernização institucional e internacionalização da nossa actuação. Tudo com o objectivo final de aprimorar a qualidade e o impacto da fiscalização finan-



ceira em benefício dos cidadãos dos nossos países.

FC - Na sua opinião, quais são os desafios que o mandato de Angola vai enfrentar para a concretização, em dois anos, de todas as prioridades estabelecidas?

SG - Desafios existem e não são poucos. O primeiro desafio advém da heterogeneidade das nossas Instituições-Membros. Dentro da CPLP, temos países e Tribunais de Contas com diferentes níveis de capacidade técnica, distintos recursos orçamentais e, até, enquadramentos legais variados. Harmonizar iniciativas num contexto tão diverso requer tacto e persistência. Por exemplo, para realizarmos auditorias coordenadas, precisamos garantir que todas as ISC envolvidas disponham de condições mínimas, pessoal qualificado, ferramentas de auditoria adequadas e acesso à informação, para a execução do trabalho dentro dos prazos e padrões combinados.

FC – Que ideias formadas já tem em relação à necessidade de mobilização de apoios?

Angola, ao liderar, quer actuar como facilitador. Pretendemos mobilizar apoios para aqueles membros que precisem de assistência técnica ou financeira específica para participarem plenamente das iniciativas. Isso pode significar, por exemplo, buscar parcerias com organismos internacionais, que financiam projectos de fortalecimento institucional em países de menor desenvolvimento relativo, ou promover equipas conjuntas, para que técnicos de países com mais experiência ajudem os de países com menos experiência em determinadas matérias.

FC – Qual é o grau de atenção que vai dar à solidariedade institucional?

SG - A solidariedade institucional será a pedra de toque para vencermos as disparidades. Nenhum membro deve ficar para trás por falta de

"Nenhum membro deve ficar para trás por falta de meios"

meios. Cabe-nos coordenar esforços para que todos avancem juntos. Outro desafio que antevejo é a coordenação eficaz entre tantas agendas nacionais. Os Tribunais de Contas da CPLP têm os seus próprios planos de actividades, muitas vezes definidos por exigências internas (sejam elas a fiscalização de contas governamentais, auditorias anuais obrigatórias, julgamentos, etc, etc.). Conciliar essas obrigações domésticas com as actividades adicionais da presidência rotativa exige uma gestão cuidadosa de calendários e prioridades.

FC – O problema que colocou não pode ser resolvido por via da existência de um planeamento antecipado?

SG - Vamos enfrentar isso com diálogo frequente e planeamento antecipado. Já iniciámos, inclusive, a elaboração de um plano de actividades bienais para

a OISC-CPLP, sob a liderança angolana, que será apresentado aos nossos parceiros. Nele, procuramos ajustar as datas de eventos, de modo a evitar sobreposições com períodos críticos de cada país (como fechos de contas ou eleições nacionais, por exemplo). Acredito que, comunicando com transparência e escutando as necessidades de cada membro, conseguiremos sincronizar esforços sem prejudicar as agendas individuais.

FC- Como vai atrair as lideranças políticas para as iniciativas da OISC-CPLP?

SG - Um terceiro desafio reside em manter o engajamento político e institucional alto em torno das iniciativas da OISC-CPLP. Por mais que nós, técnicos e magistrados, trabalhemos, necessitamos do suporte das lideranças políticas dos nossos países, para implementar as recomendações das auditorias e para valorizar

o papel das ISC. Felizmente, na CPLP, tem havido um reconhecimento crescente da importância do controlo externo. Prova disso são as conclusões e declarações das Assembleias Gerais da OISC-CPLP que têm sido acolhidas pelos governos e, até, pelo Conselho de Ministros da CPLP, o que confere peso político ao nosso trabalho.

FC – Está satisfeito com o grau de acolhimento das recomendações da OISC-CPLP pelas instâncias decisórias de cada país?

SG - Angola pretende usar a visibilidade da presidência para destacar, nos fóruns apropriados, as questões trazidas pelas nossas auditorias, de maneira a que os compromissos assumidos no papel se traduzam em mudanças concretas. Dou-lhe um exemplo: se realizarmos uma auditoria coordenada sobre gestão ambiental e recomendar-

mos medidas para uma melhor sustentabilidade, é crucial que essas recomendações não fiquem apenas no relatório técnico, mas que alcancem as instâncias decisórias de cada país. Portanto, iremos dialogar com os governos nacionais e com a própria CPLP, enquanto organização política, para assegurar que os resultados do nosso trabalho tenham o devido seguimento.

FC – Os presidentes dos Tribunais de Contas da CPLP trabalham sempre num espírito de continuidade de projectos e iniciativas, no âmbito da presidência rotativa?

SG – Uma excelente pergunta. Imprimir continuidade às boas iniciativas para além do mandato é um grande desafio. Dois anos passam depressa e o risco, em organizações de presidência rotativa, é este: os projectos implementados por uma liderança podem não receber sequência suficiente de uma outra liderança. Estou consciente disso e, por isso, desde já, estamos a trabalhar num espírito de continuidade com quem nos precedeu e com quem virá

a suceder-nos. Herdámos da Guiné-Bissau, que presidiu antes de nós, um conjunto de resoluções e actividades em andamento. Damos público elogio ao trabalho do Presidente Amadu Baldé, da Guiné-Bissau, que guiou a organização até aqui. Da nossa parte, tudo faremos para consolidar esses ganhos e passá-los adiante. Uma das formas de superar esse desafio é institucionalizar certos processos.

FC - De que forma?

SG - Por exemplo, se lançarmos uma rede de intercâmbio de auditores jovens da CPLP, queremos definir estruturas para que essa rede continue activa mesmo sob futuras presidências. Se iniciarmos uma auditoria coordenada plurianual, deixaremos um plano detalhado para que prossiga até à conclusão, mesmo que outro país assumo o leme. Em suma, o antídoto para a descontinuidade é planear com visão de longo prazo e envolver todas as ISC na propriedade das iniciativas, de modo a que não sejam vistas como projectos de Angola, mas, sim, como projectos da OISC-

-CPLP, em que Angola apenas desempenha o papel de coordenador temporário.

FC – Está muito confiante na obtenção de bons resultados no seu mandato?

SG - Estamos confiantes. Com cooperação leal e espírito de unidade, conseguiremos transformar os obstáculos em oportunidades de crescimento. O lema implícito da nossa acção será: coesa na diversidade, a fiscalização lusófona avança. É isso que nos guiará para a superação de cada dificuldade.

FC - Que legado espera deixar como presidente da OISC-CPLP?

SG - Permita-me dizer que encaramos esta missão não como um protagonismo individual de Angola, mas como um capítulo de uma obra colectiva contínua. Por isso, o legado que almejamos deixar é, essencialmente, um fortalecimento duradouro do espírito de cooperação e da capacidade conjunta das nossas instituições. Espero que, decorridos os dois anos, a OISC-CPLP saia desta presidência angolana com me-



Encaramos esta missão como um capítulo de uma obra colectiva contínua

canismos mais sólidos e estruturados de colaboração.

FC – Pode significar a criação de uma plataforma permanente de partilha de informações?

SG – Sim, pode significar, por exemplo, a criação de uma plataforma permanente de partilha de informações e de boas práticas, onde auditores dos vários países passem a trocar experiências regularmente, em formato virtual, para além dos encontros presenciais. Pode significar, também, a institucionalização de programas de formação contínua e, quem sabe, a concepção de um plano de capacitação bianual da OISC-CPLP, que prossiga, independentemente de quem estiver na presidência, aproveitando centros de formação existentes em países irmãos (como o Instituto de Formação do TCU, no Brasil, ou a experiência portuguesa em auditoria financeira). Se conseguirmos montar essa arquitectura cooperativa mais perene, deixaremos um contributo palpável.

FC – O que nos tem a dizer sobre o que espera obter em matéria de resultados técnicos?

SG - No plano dos resultados técnicos, gostaria que o legado incluísse auditorias de impacto que venham a estar na origem de mudanças positivas nos nossos países. Seria muito gratificante, por exemplo, que a auditoria coordenada que mencionámos, sobre a violência



Presidente Sebastião Gunza diz estar preparado e motivado para a presidência da OISC-CPLP

"Queremos deixar como legado um património de confiança mútua"

baseada no género, resultasse em recomendações implementadas, em leis melhoradas ou em políticas reforçadas sobre a matéria nos diversos Estados participantes. Ou que uma eventual auditoria conjunta no sector Ambiental ou no da Saúde venha a influenciar novas práticas de governação.

FC – Qual seria, então, o legado ideal?

SG – Uma acção concertada da CPLP que traga benefícios tangíveis para os cidadãos, seja em maior transparência no uso dos recursos públicos, seja em serviços públicos de melhor qualidade, em consequência do nosso escrutínio. Esta é, afinal, a razão de ser dos Tribunais de Contas: servir o cidadão e proteger o interesse público. Se, no final do mandato, pudermos apontar resultados concretos nesse sentido, teremos cumprido o nosso dever com distinção.

FC – Qual é a mensagem de confiança que vai transmitir no seu primeiro discurso, como presidente da OISC-CPLP?

SG – Angola está consciente do seu papel. O exemplo de Angola pode inspirar outros países, dentro e fora da CPLP, a investirem na autonomia e no fortalecimento dos seus órgãos de controlo. O nosso legado pode ser inspirar uma nova geração de auditores e magistrados a nível lusófono, [para estarem] mais conectados entre si e imbuídos do mesmo ideal de excelência e ética profissional.

FC – A presidência angolana vai ser inclusiva?



SG – Numa nota talvez mais pessoal, digo que espero deixar como legado a afirmação de que Angola soube servir e unir a família das ISC da CPLP. Que os nossos colegas possam dizer, quando terminar o mandato, que a presidência angolana foi inclusiva, dinâmica e efectiva, e que trabalhou com humildade em prol de todos. Vai ser, para mim, motivo de satisfação o facto de ter contribuído para que Angola seja mais ouvida e respeitada no contexto internacional da fiscalização financeira.

FC – No fundo, o que quer deixar, como legado, é um "património de confiança". Certo?

SG – Sim, o legado que pretendo é um património de confiança mútua e de melhorias concretas. Confiança reforçada entre as nossas instituições e melhorias visíveis na forma como controlamos os dinheiros públicos, para benefício das populações dos países de língua portugue-

sa. Assim, quando passarmos o testemunho à próxima presidência, poderemos dizer, com orgulho, que honramos o mandato e deixámos sementes de progresso, que continuarão a crescer no seio da OISC-CPLP. Este será o nosso maior legado.

FC – Muito obrigado pela entrevista concedida à revista Fluxos da Corte, que lhe deseja "os maiores sucessos" na presidência da OISC-CPLP.

SG - Eu é que agradeço a oportunidade. Continuarei sempre à disposição, para partilhar reflexões com os leitores da revista. Reitero que o sucesso desta presidência será construído colectivamente, com o empenho de todos os membros da OISC-CPLP. Muito obrigado pelo vosso voto de confiança e pelo vosso interesse. Juntos, continuaremos a mover o Tribunal de Contas e a fiscalização financeira na direcção do progresso e da integridade que as nossas sociedades esperam e merecem.

PROGRAMA DE APOIO À PRIMEIRA INFÂNCIA

Gera expectativas o envolvimento do Tribunal de Contas na protecção das crianças em idade pré-escolar

Antiga directora nacional para a Criança e Adolescência elogia o Tribunal de Contas por ter dado mais um passo na defesa da primeira infância com uma ideia "muito visionária"

FOTOS TRIBUNAL DE CONTAS



Freitas Bunga

O envolvimento do Tribunal de Contas na implementação da Política Nacional para a Primeira Infância, fruto de um memorando de entendimento em que se assume como parceiro dos departamentos ministeriais que interagem no asseguramento e protecção dos direitos da criança, reduz a margem para má gestão do dinheiro público que o Estado

canaliza em projectos destinados à primeira infância, período da vida que vai do nascimento aos seis anos de idade.

Em reacção à divulgação do documento rubricado, em Abril, pelo Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas, tendo como co-signatários as ministras da Educação, Saúde, Finanças e Acção Social, Família e Promoção da Mulher, a antiga directora nacional para a Criança e Adolescência,

Ana Afonso Gourgel, declara-se convencida de que é mais um passo na defesa da primeira infância. "É a cereja no topo do bolo", socorre-se da metáfora para dizer que é uma mais-valia.

"Fiquei surpreendida pela positiva, quando, em representação da Ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, participei, em Abril, nas Jornadas Técnico-Científicas do Tribunal de Contas, alusivas ao 24.º ani-

versário da instituição, e me apercebi de que tinham como tema principal a primeira infância", revela. "Vi nisso uma ideia muito visionária, porque a primeira infância é o cabouco de quem vai ser o indivíduo na idade adulta", salienta.

Atribui os problemas que ainda afectam uma fatia considerável de crianças angolanas às crises financeira, económica e social que o país atravessa, mas, também, à falta de visão de alguns gestores públicos.

Para suportar a tese, Ana Afonso Gourgel traz à colação o Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), no âmbito do qual foram feitas muitas coisas que ajudaram a melhorar o cumprimento dos 11 Compromissos para com a Criança e as recomendações da Convenção dos Direitos da Criança.

Legislação robusta

A também psicóloga e educadora de infância, que foi, por mais de 20 anos, directora nacional para a Criança e Adolescência, afirma que o país está muito bem servido em matéria de legislação sobre os direitos da criança, a começar pela Constituição, que obriga o Estado, a família e a sociedade a criarem condições para assegurar os direitos da criança à sobrevivência, ao desenvolvimento e à protecção.

Há exactamente 12 anos, o Estado angolano aprovou, através da Resolução n.º 05/08, de 18 de Janeiro, do Conselho de Ministros, 11 Compromissos em prol da Criança, que, quatro anos depois, foram incorporados na Lei n.º 25/12, que tem por objecto a promoção dos direitos dos menores, tal como se encontram definidos na Constituição, na Convenção dos Direitos da Criança, na Carta Africana sobre os Di-

reitos e Bem-estar da Criança e em demais legislação aplicável.

Inquérito de indicadores

Dos 11 Compromissos, os quatro primeiros, nomeadamente a "Esperança de Vida ao Nascer", a "Segurança Alimentar e Nutricional", o "Registo de Nascimento" e a "Educação na Primeira Infância", aplicam-se especialmente às crianças de até seis anos.

Com excepção do primeiro, em relação ao qual o mais recente inquérito de indicadores múltiplos e de saúde regista ligeiras melhorias, com as taxas de mortalidade neonatal, infantil e de menores de cinco anos a baixar de 24, 44 e 68 mortes por cada 1.000 nascidos vivos, em 2016, para 16, 32 e 52 mortes por 1.000 nascidos vivos, respectivamente, em 2024, nos outros três compromissos exclusivos à infância os indicadores ainda não são muito animadores.

Em relação ao estado nutricional, que corresponde ao segundo

compromisso, houve um aumento de dois pontos percentuais na taxa de desnutrição crónica, tendo evoluído de 38 para 40 por cento em crianças menores de cinco anos, comparativamente ao inquérito de 2016.

No que concerne ao terceiro compromisso, o "Direito ao Registo de Nascimento", o número de crianças menores de cinco anos, cujos nascimentos foram registados, passou de 25 por cento, em 2016, para 38 por cento, em 2024, muito aquém ainda da metade.

Mas é no quarto compromisso, segundo a psicóloga Ana Afonso Gourgel, que a situação é mais preocupante. O número de creches e de estabelecimentos similares não responde sequer a um por cento das necessidades.

Não existe, pelo menos em Luanda, uma rede pública de estabelecimentos de ensino pré-escolar. As poucas creches construídas pelo Estado nas centralidades são geridas por privados.



A Dra. Ana Afonso é uma profunda conhecedora da situação da criança em Angola

Angola é elogiada no estrangeiro

O modelo adoptado por Angola, para a prossecução dos objectivos da Convenção sobre os Direitos da Criança, documento aprovado pelas Nações Unidas, em 1989, e ratificado pelo país um ano depois, é elogiado por instituições internacionais que trabalham na defesa e protecção de menores.

Já foi reconhecido inclusive pelas Nações Unidas, afirma Ana Afonso Gourgel, referindo-se aos 11 Compromissos em prol da Criança, assumidos pelo país e reunidos, inicialmente, numa Resolução do Conselho de Ministros e, depois, em 2012, inseridos em lei.

Os países, de acordo com a educadora de infância, são livres de definir as estratégias que acharem melhor para a implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança.

Partindo do princípio de que as crianças nascem e vivem nos municípios, foi criado e lançado oficialmente, em 2013, um programa denominado "Município Amigo da Criança", destinado a incentivar a inclusão dos 11 Compromissos nos programas das administrações locais.

Em cada província, explica, existe um órgão chamado Conselho Provincial da Acção Social, coordenado pelo vice-governador para a Área Social e que incorpora os directores da Saúde, da Educação e de outras áreas que concorrem para a materialização dos 11 Compromissos em prol da Criança.

Numa primeira fase, a adesão é opcional, devendo os municípios interessados manifestar a intenção e aderir ao concurso, diz a educadora de infância, admitindo, no entanto, que a qualquer altura pode passar a ser obrigatório para todas as circunscrições.

Com a ajuda do Instituto Nacional de Estatística, o Conselho Nacional da Acção Social criou um quadro com um conjunto de indicadores que permitem avaliar o grau de cumprimento de cada um dos 11 Compromissos.

Para aferir o grau de execução do primeiro compromisso "Esperança de Vida", por exemplo, os indicadores incluem taxa de vacinação de crianças de até 1 ano, taxa de desparasitação com albendazol em crianças com menos de 5 anos e cobertura até à quarta consulta pré-natal em mulheres grávidas.

Do ponto de vista operacional, o programa avalia o desempenho de cada município na garantia dos direitos da criança, tendo em vista o impacto social (condições de vida nas áreas da Saúde, Educação e Protecção), gestão das políticas públi-

cas (programas criados e geridos pelo município) e participação cívica (envolvimento de crianças e sua mobilização em torno da participação política, cultural, desportiva e da cidadania).

Desde o lançamento, aderiram ao programa cerca de 150 municípios, alguns dos quais, os que, na óptica do Conselho Nacional da Acção Social, apresentaram os melhores planos, foram premiados durante o 9.º Fórum Nacional da Criança, realizado em Luanda, no dia 25 de Junho do ano em curso.

Em véspera da realização do 9.º Fórum Nacional da Criança, de acordo com Ana Afonso Gourgel, os governos provinciais e as administrações municipais mobilizaram recursos para fazerem os respectivos fóruns locais, cujas conclusões foram remetidas à estrutura central com 15 dias de antecedência em relação à data de realização do Fórum Nacional da Criança.

Para a realização de um fórum nacional da criança, acrescenta Ana Afonso, é preciso, primeiro, que cada município e cada província realizem o seu fórum local. Até ao dia 09 de Junho, todas as províncias já tinham mandado para Luanda a informação da realização dos seus fóruns, esclarece.

"Pelo que o país tem feito em prol da criança, não obstante persistirem dificuldades, não seria justo dizer que nada se faz para o cumprimento dos 11 Compromissos para com a Criança, até por respeito a quem tanto trabalha neste sentido", defende.



Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Dr. Adão de Almeida, atento à criatividade de crianças



Brasil partilha experiência com Angola

Inspirado na experiência do Tribunal de Contas do Estado brasileiro de Tocantins (cujos resultados têm sido benéficos para as crianças brasileiras) e adoptada por todos os Tribunais de Contas do Brasil, o Tribunal de Contas de Angola chamou a si a realização de um conjunto de acções para assegurar que os recursos que venham a ser afectados a cada etapa da implementação da Política Nacional de Apoio à Primeira Infância beneficiem efectivamente o grupo alvo.

No quadro da iniciativa, que é designada por "Mãos que Protegem", um programa angolano de apoio à primeira infância, o Tribunal de Contas assinou, em Abril do ano em curso, um memorando de entendimento com os principais sectores que lidam com os problemas da primeira infância, nomeadamente os ministérios da Educação, da Saúde e da Acção Social, Família e Promoção da Mulher.

Principais metas

Aprovada pelo Decreto n.º 107/24, de 30 de Abril, a Política Nacional para a Primeira Infância estabelece as directrizes para o desenvolvimento integral das crianças angolanas.

Na sua sua missão de fiscalizador dos recursos públicos, o Tribunal de Contas vai prestar particular atenção ao acompanhamento dos recursos que vierem a ser afectados em toda a dimensão do programa, com vista a assegurar que os investimentos que venham a ser realizados para a primeira infância sejam feitos de forma eficiente e sempre centrados em resultados concretos.

Constituem principais metas do programa, na área da Saúde e Nutrição, a redução da mortalidade infantil, com a introdução de intervenções preventivas e curativas eficazes, e a redução da prevalência da desnutrição crónica e aguda em crianças menores de seis anos.

Quanto à área da Educação, o programa tem como objectivo o aumento da taxa de matrícula na educação pré-escolar, a fim de garantir que, até 2028, pelo menos 30 por cento das crianças com idade entre os 3 e os 5 anos esteja matriculada em instituições de educação infantil de qualidade e que, pelo menos, 100 educadores obtenham formação

e capacitação por ano, em práticas pedagógicas adequadas à primeira infância.

Mais direitos básicos

Na área do Saneamento e Higiene, o objectivo é assegurar que 30 por cento das comunidades atendidas pelo programa tenha acesso a instalações sanitárias adequadas até 2028 e que a implementação de campanhas educativas alcancem, por ano, um número significativo de famílias, que devem ser, também, incentivadas a observar hábitos de higiene que as previnam de doenças.

Outro objectivo perseguido pelo programa é a protecção da criança, através do estabelecimento de sistemas comunitários que permitam identificar casos de abusos, negligência ou exploração infantil, bem como garantir que todas as crianças que nasçam na área de actuação do programa sejam registadas oficialmente e tenham acesso a direitos básicos.



Presidente Gunza ficou "artista plástico" por um dia

TRIBUNAL DE CONTAS PELA DIGNIDADE DA CRIANÇA ANGOLANA

Novo tempo de responsabilidade partilhada com quatro ministérios



As políticas para a Primeira Infância assumem hoje uma importância central na organização das sociedades contemporâneas, particularmente em contextos marcados pelas desigualdades sociais, por baixos níveis de escolarização, por acentuada diversidade cultural e por fortes mudanças na família tradicional.

Em Angola, as últimas décadas marcaram uma evolução muito favorável no que respeita à legislação que salvaguarda a promoção e protecção das crianças.

A produção legislativa nacional tem acompanhado a evolução que, no plano mundial, tem sido preconizada no domínio de políticas públicas para a primeira infância, que, entre nós, corresponde à faixa etária dos 0 aos 5 anos de idade.

A Política Nacional da Primeira Infância, recentemente aprovada, pelo Decreto Presidencial n.º 107/24, de 30 de abril, está ajustada à Agenda-2030, da ONU,

que tem 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, e a Agenda-2063, da União Africana.

Os Tribunais de Contas e Instituições Congéneres, com muita frequência, são chamados a oferecer garantias sobre a forma como os respectivos governos cumprem os seus compromissos, no âmbito dos acordos internacionais, nos quais avultam os temas relacionados com a protecção da criança.

Apesar de haver uma clara valorização do estatuto da criança e da importância dada à sua educação, a sociedade angolana tem-se confrontado com dificuldades em assegurar para cada idade os melhores cuidados e um adequado e equitativo atendimento sanitário e educativo.

Os indicadores sociais das crianças angolanas, de acordo com os números do INE, exprimem que a situação global da infância angolana melhorou nas últimas décadas, mas são (ainda) desiguais os desenvolvimentos dessas melhorias.

Por conta das desigualdades sociais, as medidas de políticas adoptadas nem sempre são compatíveis com o resultado esperado.

Na matriz de controlo externo vertida na legislação angolana, a avaliação dos resultados das políticas públicas cristaliza a ideia da avaliação da performance e da qualidade do gasto público, que é denominada, na literatura da especialidade, também de regra dos "3 Es" – Economia, Eficácia e Eficiência.

A importância decisiva da presença de um interesse público, que a Constituição denomina de "superior interesse da criança", é fundamental para legitimar o exercício de uma dinâmica de natureza cooperativista com a Acção Governativa.

A compreensão constitucional dos princípios da separação de poderes e interdependência de funções, apesar de convocar critérios orgânicos e funcionais, não se reconduz a uma simples distribuição estática de funções por diferentes órgãos do Estado. É por isso,

e por estar conscientes disso, que o Tribunal de Contas iniciou o debate com os diversos sectores da sociedade para chegar a um consenso sobre a melhor abordagem para a implementação e monitorização das políticas públicas para a Primeira Infância, sendo o primeiro engajamento entre a Corte de Contas e o Executivo, numa lógica de colaboração e articulação funcional.

É neste contexto que se justificou falar, durante as Jornadas Técnico-Científicas do Tribunal de Contas, de um engajamento conjunto e coordenado entre o Tribunal de Contas e os ministérios da Educação, da Saúde, das Finanças e da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, com a assinatura de um Memorando de Entendimento, no quadro das comemorações do 24.º aniversário do Tribunal de Contas, no pas-

sado dia 10 de Abril, no Auditório do Palácio da Justiça, em Luanda.

O Memorando foi rubricado, em representação do Tribunal de Contas, pelo Juiz Conselheiro Presidente Dr. Sebastião Domingos Gunza e, em nome do Executivo, pelas ministras dos respectivos sectores, visando promover um desenvolvimento multifacetado da criança, em áreas como, por exemplo, o "atendimento pré-natal"; a "educação da primeira infância"; a "segurança alimentar e nutricional" e a "atenção à criança com deficiência e com necessidades especiais".

A realização do evento, cujo discurso de abertura foi proferido pelo Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Dr. Adão de Almeida, corresponde a uma tarefa de natureza pedagógica do Tribunal de

Contas, que se associa, também, às comemorações dos 50 Anos da Independência Nacional.

Este é, porventura, um exemplo de como, com sentido estratégico, um órgão de fiscalização da utilização dos recursos financeiros públicos, com as características e atribuições constitucionais do Tribunal de Contas, pode combinar o conhecimento e os resultados da investigação com as posições dos representantes da sociedade e dos interesses em presença, de forma a oferecer ao Poderes Legislativo e Executivo informações e pareceres qualificados que podem apoiar o processo de tomada de decisão sobre políticas nesta faixa etária.

Tribunal de Contas de Angola
Pela Justiça, Transparência
e Futuro das Crianças Angolanas.
Luanda, 12 de Abril de 2025



Galeria de imagens que reflectem momentos vividos nas Jornadas Técnico-Científicas dedicadas à criança

OISC-CPLP

A Organização das Instituições Superiores de Controle (ISC) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é uma associação autônoma e independente, criada para fomentar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de suas Instituições Membros, mediante a promoção de ações de cooperação técnica, científica e cultural no campo do controle e da fiscalização do uso dos recursos públicos. A OISC/CPLP foi criada em 1995 e é Membro Associado do Intosai desde 2010.

PORTUGAL
CABO VERDE
GUINÉ BISSAU
BRASIL

Tribunais de Contas
Países de Língua Portuguesa

**XIII ASSEMBLEIA GERAL
DA OISC-CPLP**

LUANDA 2025

**ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
E SEUS IMPACTOS**

SAO TOMÉ E PRÍNCIPE
ANGOLA
MOÇAMBIQUE
TIMOR-LESTE

INDEPENDÊNCIA NACIONAL DE ANGOLA 1975-2025

Co-financiado pela União Europeia

Pro PALOP-TL ISC FASE III

PN UD

CELEBRAÇÕES DOS 50 ANOS DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Presidente Gunza é condecorado na classe "Paz e Desenvolvimento"

Presidente do Tribunal de Contas disse ser a homenagem extensiva aos companheiros que caminharam consigo em 41 anos de serviço à Pátria

O Venerando Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas de Angola, Sebastião Gunza, foi condecorado, no dia 19 de Julho de 2025, em Luanda, com a Medalha da Classe "Paz e Desenvolvimento", numa cerimónia presidida pelo Presidente da República, João Lourenço, no âmbito das celebrações dos 50 anos da Independência Nacional.

A distinção é concedida pelo Estado angolano a personalidades nacionais e estrangeiras que, ao longo da sua trajectória de vida, deram contributos inestimáveis à construção da paz, à estabilidade institucional e ao progresso de Angola.

Depois de ter recebido a medalha, o Presidente do Tribunal de Contas, visivelmente emocionado, considerou o ges-

to uma homenagem colectiva.

"Embora tenha sido eu o agraçado, esta condecoração é extensiva a todos os companheiros que, ao longo destes 41 anos de serviço à Pátria, caminharam ao meu lado, desde os camaradas de trincheira, aos colegas da Investigação Criminal, do Ministério do Interior, da Inspecção-Geral da Administração do Estado e, agora, do Tribunal de Contas. Todos

FOTOS DO TRIBUNAL DE CONTAS



Juiz Conselheiro Presidente quando recebia a condecoração das mãos do Presidente da República de Angola, João Lourenço



A distinção é concedida a cidadãos nacionais e estrangeiros que contribuíram para a Independência, a paz e o progresso do país

eles estão comigo neste reconhecimento", declarou.

O Juiz Conselheiro Presidente, Sebastião Gunza, destacou, ainda, o papel da família e dos colaboradores que o apoiaram ao longo do percurso.

"A minha gratidão começa pela família, que tem sido o meu alicerce. A todos que, com dedicação e entrega, partilharam comigo esta missão de servir Angola, esta distinção é vossa também".

Carreira notável

Figura respeitada no meio jurídico e institucional, o Juiz Conselheiro Presidente acumula uma carreira notável, iniciada ainda na juventude, em contexto de conflito armado.

Foi combatente, investigador criminal, dirigente ministerial e arquitecto de reformas profundas na Administração Pública, particularmente no domínio do controlo e da fiscalização financeira do Estado.

Desde 2023, lidera o Tribunal de Contas de Angola, instituição suprema que detém jurisdição exclusiva sobre a legalidade da

"Embora tenha sido eu o agraçado, esta condecoração é extensiva a todos os companheiros que, ao longo destes 41 anos de serviço à Pátria, caminharam ao meu lado"

gestão financeira pública, com poder de julgar e sancionar os responsáveis por actos que lesem o erário.

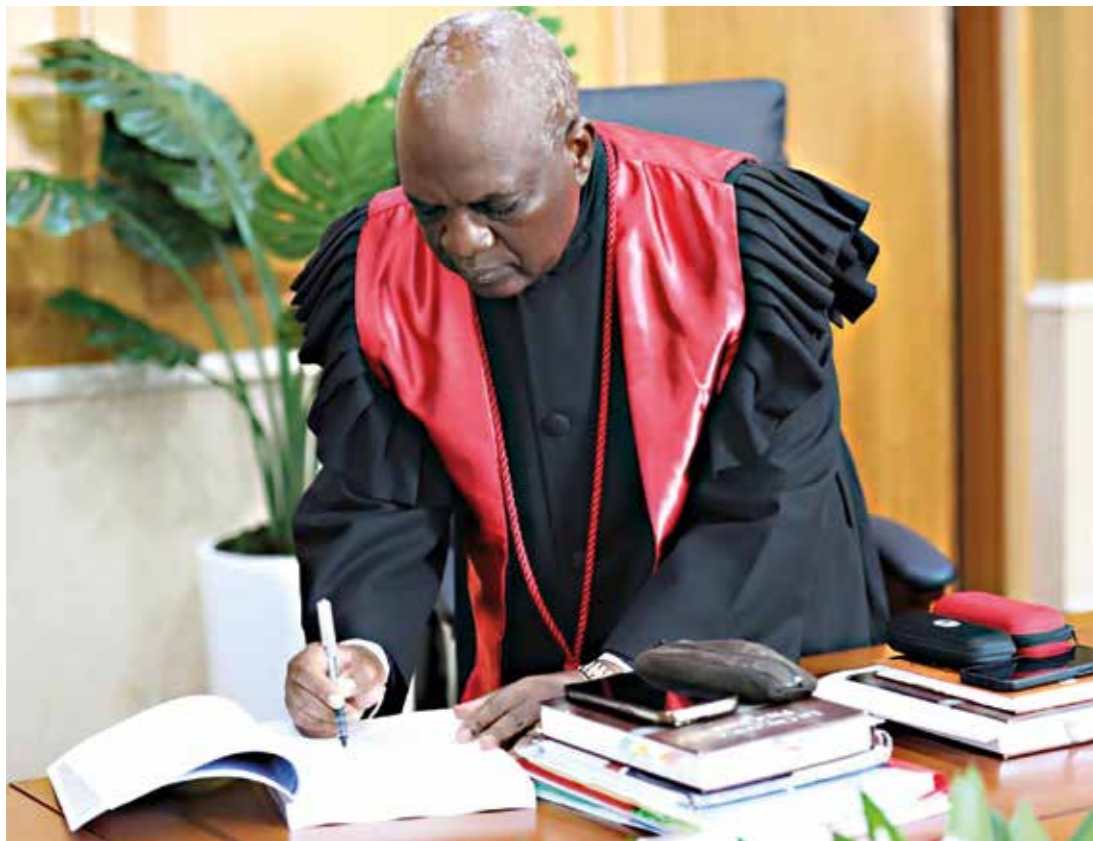
No seu percurso, destaca-se, ainda, o facto de Angola, sob sua liderança, preparar-se para assumir, em Outubro de 2025, a presidência rotativa da Organização das Instituições Superio-

res de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC-CPLP).

"É um marco importante. Angola vai assumir a presidência da OISC-CPLP, através do seu Tribunal de Contas, o que representa uma oportunidade histórica para projectarmos a nossa experiência e contribuímos para o fortalecimento da fiscalização financeira a nível da lusofonia", afirmou o Presidente Sebastião Gunza.

Questionado sobre as prioridades para este mandato internacional, preferiu a prudência institucional: "A agenda ainda está a ser definida em conjunto com os demais membros. A nossa abordagem será sempre de cooperação, inclusão e partilha de boas práticas".

A condecoração configura reconhecimento de uma vida dedicada ao serviço público, marcada pela firmeza ética, pelo rigor técnico e por uma visão profundamente comprometida com a construção de uma Angola mais justa, transparente e sustentável.



JUIZ CONSELHEIRO JOAQUIM MANDE

O silêncio que deixa marcas

Juiz Conselheiro Joaquim Mande destaca-se pela clareza dos seus pareceres, pela precisão na análise jurídica e pela forma ponderada com que aborda questões mais complexas da fiscalização financeira

Cesaltina Satyohamba e Alexandre Cose

Nascido em 1956, nas terras altas do Huambo, Joaquim Mande cresceu entre o esforço do pai operário e a ternura resiliente da mãe camponesa.

Desde cedo, compreendeu que o saber seria o seu passaporte para um futuro diferente — e fez da educação o seu maior compromisso.

Num contexto de limitações económicas e sociais, a

persistência e a sede de conhecimento transformaram-se em marcas indissociáveis do seu percurso.

Traçou um caminho sem atalhos. Começou por ensinar antes mesmo de concluir os estudos formais.

Ingressou no Seminário Menor do Espírito Santo e, mais tarde, através de uma bolsa concedida pelo braço juvenil do MPLA, a JMPLA, licenciou-se em Direito, em Cuba. A escolha do curso não foi acidental: desde cedo, a justiça o chamava. E com ela, viriam o

rigor, a equidade e a rectidão que viriam a caracterizar toda a sua actuação profissional.

Liderança serena

Ao longo da sua trajectória, o Juiz Conselheiro Joaquim Mande construiu uma carreira pautada por princípios, liderança serena e profundo respeito pelo dever. Passou por diversas instituições do aparelho judicial e administrativo, granjeando confiança e respeito. Nas Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), desempenhou um papel relevante na

estruturação do Tribunal Militar da 7.ª Região, na província de Benguela, onde exerceu funções como Juiz Presidente.

Posteriormente, foi nomeado primeiro Inspector-Geral da Administração do Estado, cargo de elevada responsabilidade, que exerceu até 2017.

Poderia ter regressado aos tribunais militares, mas optou pelo Tribunal de Contas. Concorrendo em concurso público promovido pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial, foi nomeado Juiz Conselheiro em 2018. Desde então, a sua presença tem sido um factor de estabilidade, rigor e sobriedade no funcionamento da instituição.

No Tribunal de Contas, o Juiz Conselheiro Joaquim Mande destaca-se pela clareza dos seus pareceres, pela precisão na análise jurídica e pela forma ponderada com que aborda as questões mais complexas da fiscalização financeira. O seu contributo tem sido decisivo na promoção da cultura de responsabilização e de transparência na gestão dos recursos do Estado.

Perfil humano

Para além das qualidades técnicas, o seu perfil humano é igualmente notável. Os profissionais do seu gabinete — Antoniza Bonfim Luquessa, João Cláudio Gregório, Lukênia Rosário Constantino, Maria Eulália Sequeira de Moura e Rita Calei Calenge — prestaram-lhe um testemunho comovente, descrevendo-o como um homem generoso, honesto e firme nos princípios. No depoimento, sublinham: “A sua grandeza não se mede pelos aplausos, mas pela firmeza silenciosa de quem serve com verticalidade e amor à Pátria.”

Descrever o Juiz Conselheiro

Joaquim Mande é reconhecer uma liderança feita de silêncio e acção. Um homem de palavra ponderada e escrita rigorosa, exímio no trato institucional e sempre atento à dignidade do serviço público.

A sua conduta discreta nunca impediu a sua influência: pelo contrário, o seu exemplo molda consciências, orienta gerações e consolida princípios que permanecerão como referência para a magistratura financeira.

Desempenho técnico

A sua jubilação, que está para breve, é acompanhada de um sentimento colectivo de gratidão. Não apenas pelo seu desempenho técnico e institucional, mas pelo que representa para os que com ele privam. O seu gabinete descreve-o como um verdadeiro Magister — mestre no saber, no servir e no ensinar.



A liderança do Juiz Conselheiro Joaquim Mande é feita de silêncio e acção

JUÍZA CONSELHEIRA DOMINGAS ALEXANDRA GARCIA

Um legado de competência e inspiração para os jovens

As intervenções da Vice-Presidente do Tribunal de Contas de Angola sempre foram pautadas por rigor técnico e lucidez



Alexandre Cose
e Cesaltina Satyohamba

Ao longo de sete anos de trabalho incansável à frente da Vice-Presidência do Tribunal de Contas e da Presidência da 1.ª Câmara, a Veneranda Juíza Conselheira Domingas Alexandra Garcia criou um legado inestimável para todos os que têm o privilégio de trabalhar ao seu lado.

Com um profundo respeito e admiração, o seu Gabinete presta-lhe esta singela, mas sentida homenagem.

A sua história no Tribunal de Contas começa em 2001, um ano decisivo para a instituição e para

a sua própria vida. Formada em Direito Privado, com doutoramento conjunto entre as Universidades Agostinho Neto (Angola) e Nova de Lisboa (Portugal), a Juíza Conselheira Domingas Garcia fez parte da Comissão Instaladora do Tribunal de Contas, e a sua dedicação é clara desde o início.

Em 2018, após uma sólida carreira técnica, ascendeu ao cargo de Juíza Conselheira Vice-Presidente, onde se destaca pela competência e pelo compromisso inabalável com a legalidade financeira e a boa governação.

Na presidência da 1.ª Câmara, não só impulsiona importantes reformas estruturais e regulatórias, como também

é um pilar de integridade e transparência nas decisões que moldaram o Tribunal de Contas de Angola.

A criação do Regulamento Interno da 1.ª Câmara, a Resolução sobre as Normas de Fiscalização Preventiva, a simplificação dos processos de fiscalização dos contratos do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), entre outras iniciativas de relevância estratégica, são apenas alguns dos marcos da sua gestão.

A sua liderança, embora marcada por uma firmeza intransigente nos princípios, sempre se revelou inclusiva e colaborativa. Para os profissionais que traba-



Juíza Conselheira ao lado da Presidente da Assembleia Nacional, Dra. Carolina Cerqueira

ham com ela — como Carla Tangu Ramos da Cruz, Cidália Rosa Gunga dos Prazeres, Judiceia Neusa Cardoso Pedro e Madalena Jamba Manuel — a Juíza Conselheira Domingas Garcia é um exemplo de generosidade intelectual.

As suas intervenções, tanto em momentos de reflexão informal quanto em sessões plenárias intensas, são sempre pautadas por rigor técnico e lucidez, além de um forte compromisso com o aperfeiçoamento contínuo da fiscalização financeira.

Postura serena e afável

Além das qualidades técnicas, o seu perfil humano não passou despercebido. A sua postura serena e afável conquista a confiança de todos, sendo uma líder que nunca deixou de se preocupar com o bem-estar da sua equipa, mantendo sempre uma atenção genuína e um carácter exemplar.

Ao longo dos anos, a Juíza Conselheira Domingas Garcia já representou o Tribunal de Contas em diversas comissões e fóruns internacionais. Nessas plataformas, ela não só dignificou o nome do Tribunal de

Contas, mas também elevou o prestígio da justiça financeira de Angola no cenário global.

Modelo de competência

A sua jubilação, que está para breve, não é apenas uma despedida de um ciclo de serviço público, mas, sim, o reconhecimento de uma carreira brilhante, que serve como modelo de competência, profissionalismo e dedicação.

A Juíza Conselheira Domingas Garcia representa, sobretudo, uma inspiração para outras mulheres angolanas. A sua ascensão aos mais altos patamares da magistratura financeira, mantendo sempre a simplicidade, a integridade e a humildade, é uma prova de que é possível romper barreiras e alcançar a excelência.

A trajetória da vida profissional da Juíza Conselheira Domingas Garcia pode ser encarada, simbolicamente, como retrato do que Simone de Beauvoir uma vez afirmou: “É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem. Somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta”. A Juíza Conselheira

A sua jubilação não é apenas uma despedida de um ciclo de serviço público, mas sim o reconhecimento de uma carreira brilhante, que serviu como modelo de competência, profissionalismo e dedicação

Domingas Garcia faz desse trabalho não apenas uma profissão, mas uma vocação, uma forma de deixar um impacto positivo e duradouro na sociedade angolana.

Com muito orgulho, o Gabinete da Veneranda Juíza Conselheira reconhece e celebra a sua trajetória de dedicação. “Aprendemos com ela, somos guiados pelo seu exemplo e confiamos na sua liderança. A sua jornada nos deixa uma lição valiosa de que, com trabalho árduo, competência e humildade, podemos transformar a nossa realidade e elevar a nossa Nação”.

Aos seus colegas, à sua equipa e a todos que com ela convivem, fica o sentimento de gratidão e a certeza de que o seu legado continuará a influenciar o Tribunal de Contas por muitos anos. A Juíza Conselheira Domingas Alexandra Garcia é, sem dúvida, um exemplo de liderança ética, de visão clara e de compromisso com o bem público.

Alguns destaques

A sua ascensão é símbolo de empoderamento feminino, demonstrando que é possível alcançar a excelência sem abdicar da humildade.

Representou Angola com dignidade em fóruns internacionais, consolidando o papel do Tribunal de Contas no cenário global. Parte com a discrição dos grandes, deixando marcas profundas no coração da instituição e em cada técnico que a acompanhou.

JUIZ CONSELHEIRO RIGOBERTO KAMBOVO

Legado que navega na memória da fiscalização financeira do país

Juiz Conselheiro Kambovo tem uma vida profissional marcada pela pedagogia e por uma grande visão humanista do papel do juiz



Alexandre Cose

Também em vias de jubilação, mas longe de vir a estar ausente da memória institucional, o Venerando Juiz Conselheiro Rigoberto Kambovo vai despedir-se da vida activa, no Tribunal de Contas, com a serenidade de quem cumpriu, integralmente, a missão que lhe foi confiada. E cumpriu-a com distinção, verticalidade e uma rara combinação entre sabedoria técnica e humanidade no trato.

Licenciado em Filosofia e em Direito, pela Universidade

"Ensinou-nos que ser magistrado é mais do que aplicar leis — é ser ponte entre o rigor técnico e a empatia."

Agostinho Neto, e Mestre em Direito Marítimo Internacional, com formação especializada em Malta e no Reino Unido, o Juiz Conselheiro Rigoberto Kambovo construiu uma carreira singular, marcada por contributos sólidos ao sistema de justiça angolano e à repre-

sentação internacional do país.

Exerceu funções de grande responsabilidade: foi Juiz Presidente do Tribunal Marítimo, dirigiu secções cíveis e criminais em Luanda, foi Inspector Judicial do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Juiz de Angola no Tribunal da SADC, na Namíbia, e membro de comités de supervisão para mediação de crises no continente, com destaque para o Reino do Lesoto.

A par disso, desempenhou o cargo de Director de Gabinete do Ministro da Justiça, participou na Comissão para

o Estabelecimento do Tribunal Penal Internacional, em Nova Iorque, e integrou a Comissão Interministerial para a Delimitação das Fronteiras Marítimas de Angola.

Rasto discreto

No Tribunal de Contas, onde ingressou como Juiz Conselheiro em 2018, deixou um rasto discreto, mas profundamente marcante.

Participou na reestruturação de processos internos, contribuiu para a formação de quadros, liderou debates e ajudou a consolidar instrumentos normativos essenciais.

Foi um dos rostos da Comissão de Reforma da Justiça e do Direito, com intervenções que perduram no novo Código Penal, no Código de Processo Penal e na Lei Orgânica dos Tribunais Superiores.

Coordenou, igualmente, a revisão e actualização da Lei Orgânica do Tribunal de Contas (LOTIC).

Professor estimado de Di-

"No meu gabinete, há livre circulação de pessoas e bens". Uma frase que resume a generosidade de um magistrado com alma aberta.

reito Marítimo, na Faculdade de Direito, o Juiz Conselheiro Rigoberto Kambovo é, também, autor de obras jurídicas de referência, como "Transporte Marítimo de Mercadorias pelo Mar" (Mayamba, 2011) e "Prevention and Control of Oil Pollution from Vessels", além de ter novos títulos prestes a ver a luz do dia, entre os quais "Minha alma dilacerada no tempo", onde revela o lado mais sensível e introspectivo de um homem que, durante décadas, se habituou a vestir a toga com sobriedade.

Pensamento profundo

Os que com ele convivem descrevem-no como um Juiz Con-

selheiro sereno, de fala mansa, de escuta activa e pensamento profundo. Sempre tem a porta aberta do seu gabinete e nunca recusou um pedido de orientação ou de partilha.

É comum ouvi-lo dizer, com humor gentil: "No meu gabinete, há livre circulação de pessoas e bens."

O seu tempo no Tribunal de Contas é marcado pela pedagogia, pela estabilidade e por uma visão humanista do papel do juiz.

Ensina, com o exemplo, que ser magistrado é mais do que interpretar leis: é também ser ponte entre a norma e a justiça, entre o rigor e a empatia. Hoje, ao olhar para o seu percurso, o Tribunal de Contas reconhece em Rigoberto Kambovo um dos seus nomes maiores.

A sua jubilação é celebrada com respeito e gratidão, e o seu legado permanecerá como referência para as futuras gerações de magistrados e servidores públicos. Porque há carreiras que terminam no papel, mas continuam a iluminar os corredores da instituição. E esta é uma delas.



O Juiz Conselheiro Rigoberto Kambovo vai deixar um rasto discreto, mas profundamente marcante

**JUÍZA CONSELHEIRA
ELISA RANGEL NUNES**

Uma vida ao serviço da justiça fiscal e do saber público

O nome da Juíza Conselheira Elisa Rangel ecoa com respeito nas salas de decisão e, com ternura, nos corredores de trabalho

Alexandre Cose

No tempo em que se presta homenagem aos que deixam uma marca, a jubilação, que também está para breve, da Veneranda Juíza Conselheira Professora Doutora Elisa Rangel Nunes é mais do que um marco institucional: é uma celebração de uma vida consagrada ao Direito, à ética e ao serviço público.

Após sete anos de mandato no Tribunal de Contas de Angola, vai deixar a presidência da 2.ª Câmara e uma herança intelectual, técnica e humana que dificilmente caberá apenas nas páginas da memória da Corte.

Saber com carácter

Jurista de excelência, especialista em Finanças Públicas, autora, conferencista, docente, investigadora e, acima de tudo, mulher de



princípios e de rigor, a Juíza Conselheira Elisa Rangel Nunes soube conjugar o saber com a firmeza ética, a autoridade com a generosidade e a disciplina com o afecto.

A sua trajectória académica é notável: licenciada pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (1979–1984), concluiu o Mestrado e o Doutoramento em Direito pela Universidade de Lisboa.

A sua tese de doutoramento, "Orçamento do Estado: Contribuições para a Transparência Orçamental em Angola", com classificação de 17 valores, tornou-se referência incontornável na área do Direito Financeiro no país.

Com mais de 30 anos de expe-

riência docente, formou sucessivas gerações de juristas nas áreas de Finanças Públicas, Direito Financeiro e Direito Bancário.

Na academia, foi coordenadora de programas de mestrado e doutoramento, e assumiu um papel de destaque na formação de magistrados, consultores e técnicos superiores do Estado.

O seu contributo estendeu-se à consultoria jurídica do Banco Nacional de Angola (BNA), à negociação da dívida externa com países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), à colaboração com o Banco Mundial e à participação na regulamentação da Lei das Empresas Públicas.

No Tribunal: rigor, palavra e presença

Desde 2018, como Juíza Conselheira do Tribunal de Contas, Elisa Rangel tornou-se uma das vozes mais respeitadas da magistratura financeira.

Nas sessões plenárias, destaca-se pela firmeza de princípios, clareza argumentativa e profundo domínio técnico.

Nos bastidores, revela-se acessível, humana e inspiradora. O seu nome ecoa com respeito nas salas de decisão e, com ternura, nos corredores de trabalho.

A sua acção no Tribunal tem promovido o reforço da transparência, da responsabilização e da fiscaliza-

ção inteligente e pedagógica.

Defensora activa do acompanhamento das políticas públicas para a primeira infância, acredita que a boa governação começa na protecção das crianças, onde o controlo financeiro se cruza com a dignidade humana.



Guardiã do conhecimento

Entre os seus grandes legados institucionais, destaca-se a coordenação editorial da Revista Científica do Tribunal de Contas, idealizada pelo Venerando Juiz Conselheiro Presidente Sebastião Gunza e lançada, em Abril de 2024, por ocasião dos 23 anos

da Corte. Mais do que uma publicação periódica, a revista é um verdadeiro manual de ciência jurídica aplicada à governação financeira, promovendo o debate doutrinário, a análise comparada e a circulação de boas práticas internacionais.

Uma mulher de ideias, acção e palavras

A Juíza Conselheira Elisa Rangel não se expressa apenas por pareceres, aulas ou sentenças.

Em 2016, publicou o livro "Crónicas de um Criticismo Acrítico", onde reúne reflexões sociais, políticas e culturais, revelando uma escrita sensível, crítica e de consciência cívica.

A obra revela a herança moral recebida da sua mãe: dignidade,

honestidade, responsabilidade e respeito pelo outro.

No domínio social, criou um projecto solidário de apoio a pacientes do Hospital do Zango, levando bens essenciais, como alimentos e medicamentos, e, também, esperança.

Tal como faz ao piano ou ao acordeão, toca vidas com empatia, cuidado e discrição.



A Juíza Conselheira Elisa Rangel destaca-se pela firmeza de princípios, clareza argumentativa e profundo domínio técnico



Magistrada que impõe disciplina com coração

Dentro do Tribunal, é reconhecida pela sua disponibilidade permanente, pelo cuidado com cada detalhe, pela palavra cumprida e pela exigência consigo própria e

com os outros.

É uma mulher organizada, pragmática e de visão clara, qualidades que a tornaram um verdadeiro pilar da instituição.

Despedida que é permanência

A sua jubilação não é um fim. É uma consagração. Marca o encerramento de um ciclo, mas inaugura a permanência de um legado

que inspira e orienta.

O tempo pode afastar presenças, mas não apaga os exemplos que nos elevam.



Agradecimentos com aplausos

Obrigado, Veneranda Juíza Conselheira Elisa Rangel Nunes. O Tribunal de Contas agradece a inteligência, a coragem serena, a exigência construtiva e a deli-

cadeza com que lembrou a todos que a justiça também se faz com empatia.

A sua luz permanece e continuará a iluminar o nosso caminho.



O legado da Juíza Conselheira em palavras

“Transparência orçamental não é apenas um conceito técnico; é uma exigência democrática” – Juíza Conselheira Elisa Rangel Nunes

“Uma magistrada que fala com o mesmo rigor com que escuta” – declaração de um colega magistrado, feita numa sessão plenária de 2022

“Não servimos o Estado com frieza. Servimos com consciência e sentido humano” – Juíza Conselheira Elisa Rangel Nunes

“A Professora Elisa nunca disse não a uma causa nobre, nem ficou indiferente a uma dor alheia” – Funcionária do Tribunal de Contas

“A coordenação da Revista Científica do Tribunal é apenas mais um capítulo do seu serviço à elevação institucional” – Membro da Comissão Editorial

“A justiça fiscal começa com a verdade dos números, mas só se cumpre com a firmeza dos princípios” – Juíza Conselheira Elisa Rangel Nunes

LÍNGUA DE TRABALHO

Tribunal de Contas de Angola propõe inclusão do português como língua oficial na JURISAI

Alexandre Cose

O Tribunal de Contas de Angola defendeu, em Junho, no Reino de Marrocos, a inclusão do português como língua de trabalho na JURISAI, por os países de língua oficial portuguesa representarem uma parte expressiva naquela organização internacional que reúne Instituições Superiores de Controlo (ISC) com funções jurisdicionais.

O posicionamento do Tribunal de Contas de Angola foi manifestado na primeira Reunião Técnica de Altos Funcionários das Instituições Superiores de Controlo com Funções Jurisdicionais e membros do Conselho de Administração da JURISAI.

O Tribunal de Contas de Angola esteve representado por uma delegação de quatro pessoas, chefiada pela Juíza Conselheira Olinda França Cardoso e integrada por três técnicos superiores da instituição judicial.

A delegação do Tribunal de Contas de Angola levou ao evento propostas com impacto estratégico, uma contribuição que reforça o papel de Angola na definição de uma agenda inclusiva, cooperativa e tecnicamente sólida para o futuro da organização.

A reunião, organizada pela Instituição Superior de Controlo (ISC) de Marrocos, enquanto Secretário-Geral da JURISAI, discutiu instrumentos financeiros, operacionais e normativos, como a elaboração do Regulamento Financeiro e Orçamental da Organização, considerados prioritários

para a coesão institucional.

A delegação angolana participou activamente na análise técnica, propondo mecanismos concretos, como o formulário-questionário sobre a comunicação institucional, e defendeu, com fundamentação prática, a importância de uma estrutura multilingue coerente e que assegure inclusão e eficácia nos processos comunicacionais da JURISAI.

Cooperação e intercâmbio

O encontro técnico representou uma oportunidade ímpar para o intercâmbio de boas práticas entre as ISC de diferentes países.

Durante a reunião, foram partilhadas abordagens nacionais sobre o modelo jurisdicional de controlo externo, com apresentações da França, Marrocos, Senegal e Espanha, tendo o último país dado ênfase ao papel estratégico da comunicação nos tribunais de contas.

A chefe da delegação angolana destacou que “Angola reafirma, enquanto membro do Conselho de Administração da JURISAI, o seu lugar no quadro das ISC com Funções Jurisdicionais e reforça a sua disponibilidade para adoptar padrões internacionais adequados ao contexto nacional”.

O Tribunal de Contas de Angola contribuiu com reflexões técnicas e práticas, nomeadamente sobre a inclusão da Língua Portuguesa nos canais da JURISAI e sobre a cooperação efectiva entre comités, acentuou a Juíza Conselheira Olinda França Cardoso, que disse serem propostas com impacto estrutural no funcionamento e iden-

tidade da organização.

Os regulamentos discutidos nesta fase preparatória serão adoptados no seio da organização e servirão de base para acções formativas e processos de capacitação, com vista à consolidação de uma cultura de responsabilidade, integridade e partilha institucional.

Segundo a Juíza Conselheira Olinda França Cardoso, os próximos passos passam pela validação do Plano Estratégico da JURISAI e pela busca de reconhecimento formal como entidade relacionada com a INTOSAI, o que vai conferir maior visibilidade e legitimidade internacional à organização.

Mobilização interna

No final da sua intervenção, a Juíza Conselheira deixou uma palavra de incentivo aos quadros do Tribunal de Contas de Angola: “Participações como esta têm enorme valor estratégico. Não só projectam o nosso modelo de controlo externo, como nos permitem alinhar com boas práticas, reforçar a nossa cultura institucional de fiscalização e contribuir, activamente, para a ética e responsabilidade na gestão pública.”

Por fim, dirigiu-se à comunidade internacional da JURISAI com um apelo claro à inclusão da Língua Portuguesa como língua oficial da organização, recordando que os países lusófonos representam uma parte expressiva da rede e que a coesão institucional depende, em grande medida, da inclusão linguística e do respeito à diversidade cultural dos seus membros.



CELEBRAÇÕES DOS 50 ANOS DA INDEPENDÊNCIA

Juízes Conselheiros condecorados

O Tribunal de Contas de Angola está, honrosamente, de parabéns. Vários Venerandos Juízes Conselheiros, incluindo jubilados, estão entre os cidadãos nacionais já condecorados, pelo Presidente da República, João Lourenço, no âmbito das celebrações dos 50 anos da Independência Nacional.

A distinção é concedida a cidadãos, de forma singular ou colectiva, nacionais e estrangeiros, que tenham desempenhado um papel relevante na conquista da paz, bem como na preservação da soberania e no desenvolvimento do país.

A iniciativa está coberta pela Lei n.º 2/25, de 18 de Março, que institui a Medalha Comemorativa dos 50 anos da Independência Nacional, com três categorias distintas, nomeadamente a “Classe de

Honra”, a “Classe Independência” e a “Classe Paz e Desenvolvimento”.

O processo de condecorações é desenvolvido de forma faseada e tem o término previsto para 11 de Novembro. Até ao dia 10 de Setembro, já tinham sido realizadas cinco cerimónias de condecorações, presididas pelo Presidente da República.

Além do actual Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas de Angola, Sebastião Gunza, foram já condecorados os Juízes Conselheiros Elisa Rangel, Fausto Simões, Joaquim Mande, Rigoberto Kambovo e Manuel da Cruz Neto.

Aos condecorados mencionados juntam-se, também, Juízes Conselheiros já jubilados. Um deles é o Dr. Julião António, primeiro Juiz Conselheiro Presidente da história do Tribunal de Contas de Angola.



Actual Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas, Sebastião Gunza



Primeiro Juiz Conselheiro Presidente, Julião António



Juíza Conselheira Elisa Rangel



Juiz Conselheiro Fausto Simões



Juiz Conselheiro Rigoberto Kambovo



Juiz Conselheiro Joaquim Mande



Juiz Conselheiro Manuel da Cruz Neto



As cerimónias são presididas pelo Presidente da República

Normas e procedimentos

Um regulamento, aprovado por Decreto Presidencial, estabelece as Normas e Procedimentos Relativos ao Processo de Atribuição e Outorga da Medalha Comemorativa Alusiva aos 50 anos da Independência Nacional

De acordo com o regulamento, as candidaturas são institucionais, devendo ser apresentadas, à Comissão Interministerial para a Organização das Acções Comemorativas Alusivas ao 50.º Aniversário da Independência Nacional, por instituições, públicas ou privadas, a que o candidato esteja ou já esteve vinculado, mediante o preenchimento de ficha própria.

As candidaturas individuais devem ser apresentadas junto das instituições a que os candidatos pertencem ou tenham pertencido, cabendo a estas, após validação, apresentar à Comissão Interministerial para a Organização das Acções Comemorativas Alusivas ao 50.º Aniversário da Independência Nacional.

Compete à Comissão ad hoc de

candidaturas apreciar e validar as candidaturas para submissão ao Presidente da República.

Em caso de impossibilidade de participação, o condecorado deve designar um representante para a recepção da medalha. Tratando-se de condecoração a título póstumo, compete à família do condecorado designar um representante.

Os condecorados ou os respectivos familiares, em caso de condecoração a título póstumo, que não se possam fazer presentes às cerimónias, devem, nos 15 dias subsequentes, proceder ao levantamento da medalha e do respectivo Diploma junto dos serviços competentes da Secretaria-Geral do Presidente da República.

O documento avisa que o não levantamento dentro do prazo é considerado como recusa da condecoração e implica a perda do direito conferido pelo Decreto Presidencial que outorga a medalha, podendo ser outorgada a outro cidadão, nos termos da lei.

ACERVO EM GALERIA

Memória jurídica fortalece o futuro



Uma delegação do Tribunal de Contas de Angola visitou, na primeira semana de Julho, a Galeria do Tribunal Constitucional, no Palácio da Justiça, em Luanda.

Liderada pelo Director dos Serviços Técnicos, Dr. Carlos António, que esteve acompanhado pelo Contador-Geral, Dr. Adilson Cardoso, bem como por chefes de Divisão e de Secção, a delegação "revisitou" momentos marcantes do percurso constitucional de Angola.

"Ao revisitarmos o processo cons-

titucional, pudemos recordar as memórias de uma Nação jovem que, com os seus percalços, se reergueu e tornou-se exemplo de resiliência e compromisso com os seus objectivos," declarou o Contador-Geral do Tribunal de Contas.

A galeria reúne preciosidades: pareceres de constitucionalistas angolanos e estrangeiros, boletins oficiais, versões traduzidas da Constituição em línguas nacionais e exemplares em braile (em fase de produção).

Está, igualmente, em curso a criação de recursos auditivos destinados a cidadãos com necessidades especiais, reforçando o acesso inclusivo à informação jurídica.

Inaugurada no dia 17 de Junho, data que marca, também, a institucionalização do Tribunal Constitucional, a galeria está aberta ao público de segunda a sexta-feira, das 8 às 17 horas, convidando todos a conhecerem, em silêncio e reflexão, a história viva do constitucionalismo angolano.

PROCESSO DEMOCRÁTICO

Tribunal de Contas de Angola esteve no aniversário da CNE

No dia 19 de Agosto, o Tribunal de Contas de Angola marcou presença num momento especial para a democracia do nosso país: a celebração dos 33 anos da Comissão Nacional Eleitoral (CNE).

O Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas, Sebastião Gunza, esteve presente na cerimónia, realizada, em Luanda, sob o lema "CNE: 33 anos a fortalecer a democracia em Angola".

Mais do que uma celebração, o evento foi um espaço de reflexão sobre o passado, o presente e o futuro do processo democrático em Angola. Debates sobre a juventude, a tecnologia e a igualdade de género mostraram que os desafios da democracia vão além das urnas, exigindo compromisso e inovação constantes.

Para o Tribunal de Contas, este mar-



Presidente da Comissão Nacional Eleitoral, Dr. Manuel da Silva (o primeiro à esquerda) com os Drs. Adão de Almeida, Raul Araújo e Sebastião Gunza

co é, também, um lembrete da nossa responsabilidade: garantir que os recursos públicos destinados às eleições sejam aplicados com rigor, transparência e legalidade.

Fiscalizar é assegurar que cada kwanza gasto esteja ao serviço da cidadania,

fortalecendo a confiança das pessoas nas instituições.

Celebrar a CNE é, também, reforçar a importância da cooperação entre órgãos do Estado para que Angola continue a avançar para uma democracia sólida, inclusiva e credível.

Atribuições e Competências

O Tribunal de Contas de Angola é o órgão supremo de fiscalização da legalidade das finanças públicas e de julgamento das contas que a Lei sujeite à sua jurisdição. Art.º 182.º da Constituição da República.

Ao Tribunal de Contas de Angola compete fiscalizar a actividade financeira do Estado e de muitas pessoas colectivas públicas que a Lei determinar (art. 6º da Lei n.º 13/10, de 9 de Julho). Estas competências resumem-se em três pilares fundamentais:

- Emitir o Parecer à Conta Geral do Estado,
- Fiscalizar preventivamente a legalidade dos actos e contratos geradores de despesas públicas;
- Efectivação de Responsabilidades Financeiras Reintegratórias e Sancionatórias.

CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS ANGOLA

“Prestar contas é respeitar o povo”



Entre Janeiro e Junho de cada ano, o Tribunal de Contas de Angola abre o seu calendário de recepção dos relatórios de prestação de contas dos gestores públicos. A Lei impõe esta obrigação anual às entidades que gerem recursos do Estado, num ciclo que reflecte a essência do controlo externo: garantir transparência, rigor e responsabilidade na gestão do erário. Para compreender melhor o funcionamento desta etapa crucial para a fiscalização financeira nacional, a revista *Fluxos da Corte* ouviu a Chefe da Secretaria-Geral do Tribunal de Contas, Dra. Rosa Tati, no rescaldo do intenso período de recepção de relatórios registado nos últimos dias do mês de Junho, no Palácio da Justiça, em Luanda.

O TRIBUNAL DE CONTAS EM MOVIMENTO

Alexandre Cose

Quem são as entidades obrigadas a prestar contas ao Tribunal de Contas?

São os órgãos da administração central e local do Estado, as empresas públicas, os serviços diplomáticos no estrangeiro (embai-xadas e consulados), os órgãos de soberania e os institutos públicos, entre outros organismos superintendidos pelo alcance das normas competentes da Lei Orgânica do Tribunal de Contas. Todos têm o dever legal de apresentar relatórios anuais ao Tribunal de Contas, no período de Janeiro a Junho, referentes ao exercício económico do ano anterior.

A cultura de cumprimento ainda é um desafio em Angola

Embora a lei determine o prazo, a Dra. Rosa Tati reconhece que existe ainda um problema de cultura de cumprimento. “As entidades deviam olhar para este prazo com atenção e pura e simplesmente obedecê-lo. Se comessem a submeter os relatórios entre Janeiro e Maio, pelo menos, o Tribunal já teria metade dos relatórios analisados antes

do fim do semestre, permitindo emitir atempadamente o parecer sobre a Conta Geral do Estado”, explicou. Esse parecer, recorda, é fundamental, pois traduz a apreciação global do Tribunal sobre a gestão das finanças públicas num determinado exercício, garantindo que o Estado e os cidadãos conheçam como foram aplicados os recursos públicos.

Aplicação das multas: um caminho para a disciplina

Em 2024, registou-se um aumento do volume de relatórios entregues dentro do prazo, reflexo directo do reforço na aplicação de multas aos gestores que falham a obrigação legal. “Aplicávamos as multas com alguma leveza, mas percebemos que era necessário rigor. Este ano, notámos diferença”, salientou a Chefe da Secretaria-Geral. Contudo, considera que os valores actuais das multas são ainda baixos, não causando o efeito dissuasor desejado.

A evolução dos processos: da mala de papéis ao suporte digital

Até há pouco tempo, cada entidade entregava fisicamente pilhas de documentos – “algumas chegavam com duas malas

cheias de papéis”. Hoje, graças a novos procedimentos, os relatórios chegam em suporte físico (ofícios, modelos) e os comprovativos em suporte digital, reduzindo o volume físico e acelerando o trabalho. Ainda assim, há riscos de contradição de dados, mas, segundo a Dra. Rosa Tati, a margem de erro é mínima, graças à triagem rigorosa.

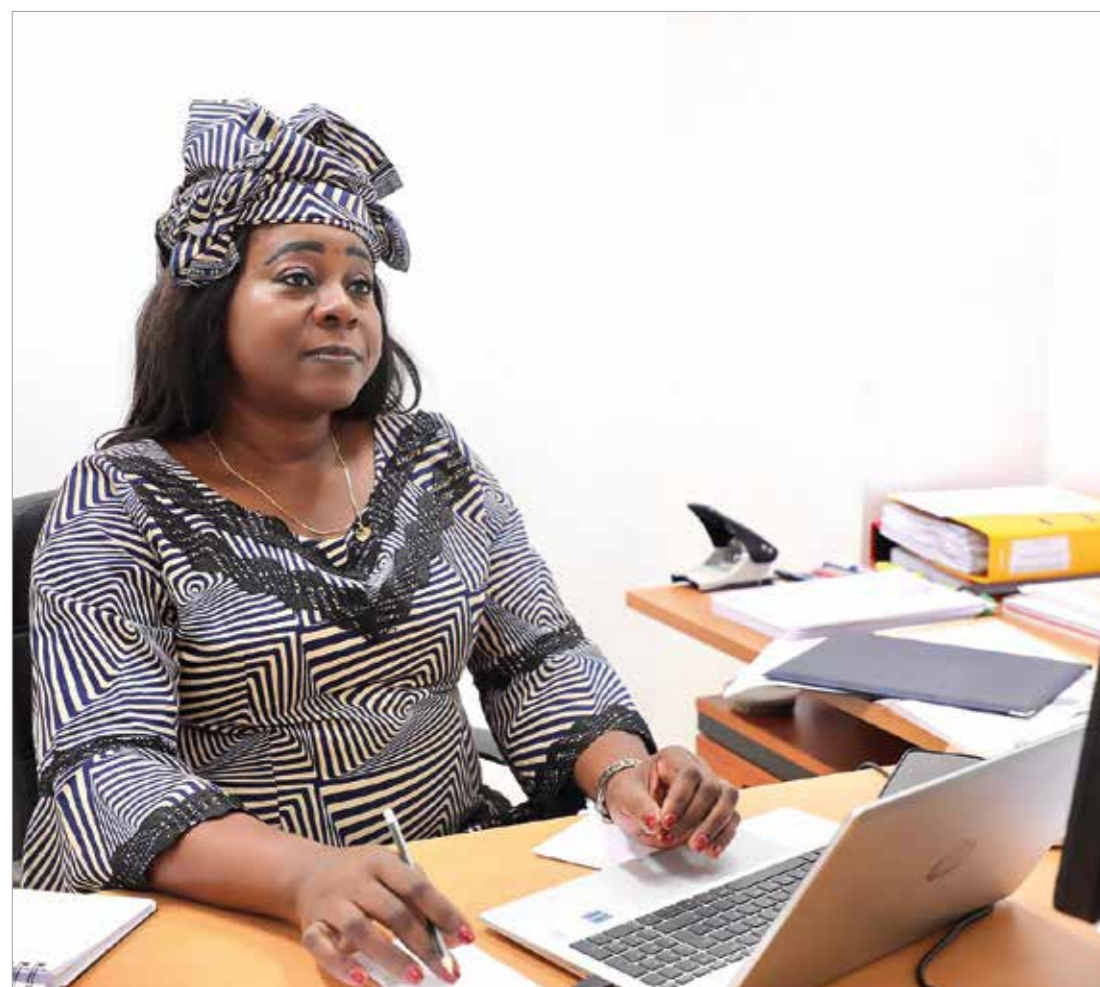
A triagem, explica, verifica se o relatório cumpre os requisitos legais, se apresenta os comprovativos necessários e se pagou os emolumentos. Só assim é aceite para análise pelas divisões competentes. “Este processo reduziu os atrasos e melhorou a organização interna, embora ainda haja entidades que apresentem relatórios com insuficiências”.

Equipas estão capacitadas, mas são ainda insuficientes

A Chefe da Secretaria-Geral conta, actualmente, com 17 técnicos para receber, digitalizar e preparar cerca de dois mil relatórios por ano, distribuindo-os pelas diversas Câmaras para análise. “É muito



O TRIBUNAL DE CONTAS EM MOVIMENTO



A Dra. Rosa Tati confirmou haver, ainda, entidades que apresentam relatórios com insuficiências

pouco para o volume de trabalho, apesar de estarem capacitados”, diz. Além disso, a lentidão dos sistemas informáticos, a baixa velocidade de internet e a escassez de scanners adequados tendem a prejudicar a eficiência.

Transição para o digital: urgência de um portal

Embora haja avanços com os projectos de digitalização em curso, falta um portal de serviços que permita às entidades submeterem relatórios online, sem necessidade de deslocação física. “Estamos em plena era digital, e a criação de um portal

“As entidades deviam olhar para o prazo legal de prestação de contas e, pura e simplesmente, obedecê-lo.”

urge”, defendeu. Actualmente, a duplicação de procedimentos (papel e digital) ainda consome tempo e recursos, com enchetes nos balcões a marcar a dinâmica do trabalho no pico do fim do prazo legal.

Cultura de prestação de contas: uma questão de responsabilidade

Para a Dra. Rosa Tati, prestar contas não é um acto burocrático, mas um dever de responsabilidade com impacto directo na vida do povo. “Estamos a falar da saúde, da educação, das infra-estruturas. Uma boa gestão reflecte-

-se nas condições sociais do cidadão. Os gestores públicos devem pautar-se sempre pelas boas práticas”, afirmou. Reconhece que a cultura de prestação de contas está a melhorar em Angola.

“Antes, havia entidades que nunca prestavam contas. Hoje, já sentem a obrigação e a responsabilidade, graças à acção pragmática do Tribunal de Contas.

Deveremos, ainda assim, reforçar a componente pedagógica e de sensibilização, chamando atenção para o cumprimento dos prazos legais impostos para a declaração das contas.”

Mensagem final: disciplina, transparência e dignidade

A Chefe da Secretaria-Geral concluiu com uma reflexão sobre

ética institucional: “O Tribunal deve impor a sua autoridade. Receber entidades fora do prazo e com protocolos especiais cria hábitos negativos. Temos de tratar todos com cortesia, mas sem perder o rigor nem a dignidade do Tribunal.”

A prestação de contas, conclui, “é um acto de respeito pelo povo e de dignidade institucional”.

“Estamos a falar da saúde, da educação, das estradas. A boa gestão do erário público reflecte-se nas condições sociais do cidadão”.

“O Tribunal deve impor a sua autoridade. Receber entidades fora do prazo e com protocolos especiais cria hábitos negativos”.



A Chefe da Secretaria-Geral afirmou que prestar contas é um dever de responsabilidade com impacto directo na vida do povo

Espelho da Res Publica



Bruno da Costa *

Consultor Económico do Tribunal de Contas

O Controlo dos Fluxos Financeiros do Estado Angolano: Uma Análise dos Pareceres do Tribunal de Contas sobre a CGE (2022-2023)

RESUMO: Este artigo analisa o papel do Tribunal de Contas (TdC) de Angola como pilar da boa governação, com foco no seu principal instrumento: o Parecer sobre a Conta Geral do Estado (PCGE). Através de uma análise documental e comparativa dos pareceres de 2022 e 2023, o estudo examina o valor estratégico, o impacto social e as principais constatações do controlo externo das finanças públicas. Os resultados revelam que o PCGE transcende a verificação da legalidade, funcionando como uma ferramenta pedagógica que impulsiona a melhoria contínua da gestão pública. A análise evidencia a persistência de desafios sistémicos, como a sustentabilidade da dívida pública e a necessidade de consolidar o perímetro orçamental, mas também assinala progressos institucionais e um foco crescente do TdC em recomendações de natureza estratégica. Conclui-se que o parecer é um mecanismo essencial para o reforço da transparência e da accountability, com impactos tangíveis na qualidade dos serviços públicos e na confiança dos cidadãos, sendo o fortalecimento do seguimento das suas recomendações um passo crucial para o futuro da governação em Angola.

Palavras-chaves: Tribunal de Contas, Finanças Públicas, Boa Governação, Transparência, Accountability e Angola.

1 INTRODUÇÃO

No ano em que celebra o seu 24.º aniversário, o Tribunal de Contas (TdC) de Angola atinge um marco de maturidade institucional que o reafirma como um pilar indispensável na arquitectura da boa governação e da transparência do país. Criado para ser o órgão supremo de fiscalização da legalidade e da regularidade das finanças públicas, o TdC trans-

cende a sua função meramente técnica para se afirmar como um guardião do erário e um promotor activo da eficiência na gestão pública. Num contexto de contínuas reformas económicas e de uma crescente exigência por parte dos cidadãos, por responsabilidade e prestação de contas, o papel do Tribunal torna-se ainda mais preponderante. Em contextos democráticos modernos, a *accountability*, entendida como a obrigação das entidades públicas prestarem contas pelas suas decisões, recursos e resultados, representa um pilar essencial para a sustentabilidade fiscal e a confiança dos cidadãos nas instituições. Este artigo, de natureza informativa, propõe-se a analisar a sua importância e o seu principal instrumento de controlo, o Parecer sobre a Conta Geral do Estado (PCGE), utilizando como estudo de caso os relatórios de 2022 e 2023.

A missão do TdC, emanada da Constituição da República, é a de garantir que cada kwana do orçamento do Estado seja executado em conformidade com a lei e os princípios da boa gestão. O seu instrumento mais visível e impactante nesta missão é o PCGE. Este não é apenas um relatório; é um diagnóstico profundo da saúde financeira da Nação, solicitado, anualmente, pela Assembleia Nacional. A complexidade desta tarefa é monumental: a Conta Geral do Estado de 2023, por exemplo, consolidou a execução financeira de 626 Unidades Orçamentais e quase 4.000 Órgãos Dependentes, operados por mais de 37.000 utilizadores no sistema financeiro estatal, no caso o SIGFE. É sobre esta vasta e intrincada teia de transacções que o Tribunal se debruça para emitir o seu veredito.

Contrariamente a uma percepção redutora de um órgão puramente sancionatório, a actuação do TdC, especialmente através do PCGE, reveste-se de um

carácter eminentemente pedagógico e propositivo. O seu objectivo final não é a punição, mas a correcção de rumos e o aperfeiçoamento contínuo da administração pública. As suas recomendações funcionam como um roteiro para a melhoria, um guia técnico para que o Executivo possa sanar deficiências estruturais. A evolução do número e do teor dessas recomendações de 139, em 2019, para 21, em 2022, e 19, em 2023, conta uma história de progresso, diálogo interinstitucional e de um foco cada vez mais apurado em questões estratégicas, como a fiabilidade das demonstrações financeiras e a sustentabilidade da dívida.

Neste contexto, o presente artigo irá examinar os pareceres de 2022 e 2023, não com o intuito de criticar, mas de iluminar. Ao explorar exemplos concretos e as constatações do Tribunal sobre áreas nevrálgicas como a Dívida Pública, a gestão do Património do Estado e a supervisão do Sector Empresarial Público, pretendemos demonstrar, de forma clara e acessível, como a análise técnica do TdC se traduz em valor prático. O objectivo é evidenciar como o PCGE serve de ferramenta essencial para a tomada de decisão informada, para o reforço da eficiência administrativa e, em última análise, para a consolidação de um Estado Democrático e de Direito mais sólido e transparente em Angola.

2 ENQUADRAMENTO LEGAL E INSTITUCIONAL DO PARECER SOBRE A CONTA GERAL DO ESTADO

O parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado (CGE) encontra-se consagrado no ordenamento jurídico angolano como uma das competências fundamentais da Entidade Fiscalizadora Superior (EFS) no domínio do controlo externo das finanças públicas. A Constituição da República de Angola², no seu artigo 182.º, estabelece a competência do Tribunal para emitir parecer sobre a CGE, o qual deve preceder a sua apreciação pela Assembleia Nacional. Este dispositivo estabelece um vínculo técnico-institucional entre o Tribunal, o Executivo e o Parlamento, consolidando a função consultiva da EFS no ciclo orçamental.

A Lei n.º 13/10, de 9 de Julho — Lei Orgânica e do Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), detalha este mandato no seu artigo 7.º, ao atribuir ao Tribunal a responsabilidade de emitir o referido parecer. Esta função possui um potencial transformador, pois ultrapassa a mera verificação da legalidade e propõe-se a identificar, de forma pedagógica, oportunidades de melhoria e correcção de fragilidades na gestão dos

recursos públicos. Este carácter pedagógico manifesta-se, por exemplo, nas "Sugestões de Providências Legislativas" incluídas no final dos pareceres, como a que foi reiterada no PCGE 2023 sobre a necessidade de actualização de decretos regulamentares do Sistema Contabilístico do Estado, visando conferir maior segurança jurídica aos gestores.

Complementarmente, a Lei n.º 15/10, de 14 de Julho, Lei do Orçamento Geral do Estado, consolida o regime jurídico da prestação e apreciação da CGE. O n.º 4, do artigo 63.º, define o prazo para a remessa da Conta pelo Executivo à Assembleia Nacional. O parecer técnico do Tribunal de Contas, solicitado subsequentemente, torna-se um instrumento essencial de apoio à decisão parlamentar, que só pode apreciar a CGE após a sua emissão.

Ainda que desprovido de força vinculativa directa, o parecer exerce influência técnica e política relevante. Ele orienta reformas, fortalece a transparência e confere maior consistência às decisões orçamentárias. O seu conteúdo técnico serve como insumo para melhorar os sistemas de controlo interno, a padronização dos registos contabilísticos e a própria concepção das políticas públicas. Nesse sentido, mais do que apontar falhas, o parecer oferece caminhos de solução, o que reforça o papel do Tribunal de Contas como aliado do Executivo e parceiro da sociedade no aperfeiçoamento e controlo da gestão pública.

3. O VALOR ESTRATÉGICO DO PARECER PARA A BOA GOVERNAÇÃO

O parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado não é apenas um exercício técnico de verificação de legalidade. Trata-se de um instrumento de grande valor estratégico para a melhoria contínua da gestão pública. Ao identificar fragilidades e propor soluções, o parecer funciona como uma ferramenta preventiva e orientadora, agregando valor institucional à administração do Estado. Em países em processo de consolidação institucional como Angola, o papel pedagógico do parecer é particularmente relevante, pois contribui para reforçar práticas de boa governação e responsabilização fiscal.

Essa actuação encontra respaldo nos princípios estabelecidos pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), em especial nos Princípios de Lima (1977)³ e na Declaração do México (2007)⁴, que reconhecem o controlo externo como peça fundamental da democracia, transparência e eficiência da administração pública. O parecer do Tribunal de Contas, nesse contexto, desempenha um papel de baliza institucional, ofere-

cendo um diagnóstico técnico isento e fundamentado que pode servir de apoio ao Executivo na tomada de decisões de reforma e ao Parlamento no exercício da sua função fiscalizadora (INTOSAI, 2019)5.

Além disso, o facto de o parecer ser publicado e divulgado de forma ampla reforça a transparência fiscal, um pilar essencial para o controlo social e a legitimidade democrática. A literatura sobre o tema é consensual ao afirmar que o acesso à informação orçamental é uma condição prévia para o escrutínio da sociedade civil (SANTOS & LIMA, Mathias-Filipe 2021)6. Ao tornar acessível o desempenho financeiro do Estado, o parecer capacita os cidadãos e as organizações não-governamentais, contribuindo para uma cidadania mais informada e participativa. Esta ligação directa entre transparência e participação é a base de metodologias de avaliação globais, como o Open Budget Survey, que medem o quão abertos os governos são com os seus orçamentos (INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP, 2023)7. O valor do parecer reside, portanto, não apenas na identificação dos problemas, mas, sobretudo, na promoção de um ecossistema de responsabilidade partilhada na gestão dos recursos públicos.

Dessa forma, o parecer da CGE deve ser compreendido como um mecanismo construtivo de apoio à governação e não como instrumento punitivo. Ele é um elo de articulação entre técnicos, políticos e cidadãos, promovendo a confiança mútua, o diálogo interinstitucional e a evolução das práticas de controlo e gestão no sector público.

Outro valor estratégico fundamental do parecer reside na sua capacidade de catalisar o fortalecimento dos sistemas de controlo interno do próprio Executivo. O controlo externo exercido pelo TdC expõe fragilidades que os mecanismos internos, por vezes, não conseguem ou não têm a independência para identificar. As constatações do PCGE sobre desvios, inconsistências ou incumprimentos geram uma pressão positiva sobre os gestores para aperfeiçoarem os seus próprios processos de verificação, gestão de risco e conformidade. Deste modo, o parecer funciona como um "teste de stress" anual ao sistema, incentivando uma transição de uma cultura reactiva (corrigir ou melhorar após a auditoria) para uma cultura preventiva (garantir a regularidade antes da fiscalização), um objectivo central para a modernização administrativa (DIAS & SOUSA, 2022)8.

Adicionalmente, o PCGE deve ser visto como um motor para a agenda de Reforma da Gestão das Finanças Públicas (PFM Reform) em Angola. As recomendações do Tribunal, frequentemente, não apontam apenas erros isolados, mas, sim, debilidades

sistémicas seja na legislação orçamental, nos processos de contratação pública ou na operacionalização de sistemas como o SIGFE. Ao fornecer um diagnóstico técnico, detalhado e independente, o TdC oferece ao Ministério das Finanças e à Assembleia Nacional a justificação e a base probatória necessárias para avançar com reformas legislativas ou administrativas mais profundas. O parecer transforma-se, assim, de um documento de avaliação ex-post num instrumento ex-ante para o ciclo de reformas seguinte, garantindo que a política de gestão financeira do país evolui com base em evidências concretas (WORLD BANK, 2021)9.

4. DO PARECER À PRÁTICA: O IMPACTO DO CONTROLO NA VIDA DO CIDADÃO

Para além do seu valor institucional e técnico, a importância do Parecer sobre a Conta Geral do Estado (PCGE) mede-se, em última análise, pelo seu impacto real e tangível na sociedade. A fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas não é um fim em si mesma; é um meio para garantir que os recursos do Estado, provenientes dos impostos dos cidadãos e das riquezas nacionais, sejam convertidos em valor público genuíno. Este valor manifesta-se em serviços mais eficientes, num ambiente económico mais fiável e numa democracia mais robusta, demonstrando como a boa governação financeira é o alicerce do desenvolvimento social.

O benefício mais directo para o cidadão reside na melhoria da qualidade e do acesso aos serviços públicos. Quando o PCGE aponta falhas na execução da despesa de um hospital, na construção de uma escola ou na reabilitação de uma estrada, está a criar pressão para que essas verbas sejam aplicadas de forma correcta e eficiente. Uma fiscalização rigorosa aumenta a probabilidade de os medicamentos chegarem às farmácias dos hospitais, de as salas de aula terem as condições adequadas e de as infra-estruturas serem construídas com a qualidade exigida.

Desta forma, o trabalho do TdC actua como um mecanismo de garantia, ajudando a assegurar que cada kwanza investido na área social produza o máximo retorno em bem-estar, saúde e educação para as famílias angolanas.

Numa escala mais ampla, a credibilidade da gestão financeira do país, atestada pelo trabalho do TdC, é um factor crucial para a estabilidade económica e a atracção de investimentos. Mercados e investidores, tanto nacionais como internacionais, valorizam a transparência e a previsibilidade. Um país onde as contas públicas são rigorosamente controladas e cujas instituições funcionam com isenção,

como demonstra um PCGE credível, tem uma percepção de risco mais baixa. Isto pode traduzir-se em custos de financiamento mais baixos para o Estado, na atracção de investimento directo estrangeiro que cria empregos e na promoção de um ambiente de negócios mais competitivo e justo para os empresários locais. A boa governação financeira não é, portanto, uma questão abstrata; é uma condição essencial para um crescimento económico sustentável que beneficie toda a população.

Finalmente, o trabalho do TdC é um pilar para o fortalecimento da própria democracia e da cidadania activa. A democracia assenta numa relação de confiança entre governantes e governados, e essa confiança é alimentada pela prestação de contas (*accountability*). Ao publicar o seu parecer, o Tribunal "abre os livros" do Estado ao escrutínio público, fornecendo dados e análises independentes para que a imprensa, a academia e as organizações da sociedade civil possam exercer o seu papel de vigilância. Este processo transforma os cidadãos de meros espectadores em participantes activos no ciclo de governação, capacitando-os a questionar, a exigir e a propor, o que é a essência de um Estado Democrático e de Direito consolidado.

5.1. Análise Qualitativa: A Natureza das Constatações

Os pareceres sobre a CGE de 2022 e 2023 apontam para um conjunto de constatações que podem ser agrupadas em categorias técnicas, facilitando a sua compreensão. Entre as observações recorrentes está a necessidade de integrar todas as entidades públicas no perímetro orçamental. Um exemplo claro, presente em ambos os pareceres, é a não inclusão das contas de todas as entidades da Segurança Social no Orçamento Geral do Estado. O PCGE 2022 já apontava esta falha, que foi reiterada no PCGE 2023 ao notar a omissão dos orçamentos do Instituto de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas (ISSFAA) e da Caixa de Protecção Social do Ministério do Interior (CPSMININT).

Estas constatações não devem ser vistas como críticas, mas como diagnósticos técnicos destinados a oferecer oportunidades de ajuste e avanço institucional. O quadro seguinte sintetiza as principais categorias de achados do Tribunal.

**Primeira parte do artigo. A segunda e última parte vai ser divulgada na próxima edição da revista Fluxos da Corte*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGOLA. Constituição da República de Angola. Luanda: Assembleia Nacional, 2010. Aprovada pela Lei Constitucional de 5 de fevereiro de 2010.
- ANGOLA. Lei n.º 13/10, de 9 de Julho: Lei Orgânica e do Processo do Tribunal de Contas (LOPTC). Diário da República, I Série, n.º 129, 9 jul. 2010.
- ANGOLA. Lei n.º 15/10, de 14 de Julho: Lei do Orçamento Geral do Estado. Diário da República, I Série, n.º 132, 14 jul. 2010.
- BOVENS, Mark. *Analysing and assessing accountability: a conceptual framework*. *European Law Journal*, v.13, n. 4, p. 447-468, jul. 2007.
- DIAS, Maria; SOUSA, Alberto. *O Impacto do Controlo Externo no Fortalecimento do Controlo Interno: Um Estudo de Caso*. *Revista de Administração Pública e Controlo*, Luanda, v.5, n.1, p. 112-130, 2022.
- EXPANSÃO. PCGE 2023: Mais de metade das administrações municipais não prestaram contas ao Tribunal de Contas. *Expansão*, 29 Maio 2024.
- INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP. *The Open Budget Survey 2023*. Washington, DC: IBP, 2023.
- INTOSAI Lima Declaration on Auditing Precepts. *Aprovação no IX INCOSAI*, Lima, 1977.
- INTOSAI Mexico Declaration on SAI Independence (INTOSAI-P 10). XIX Congresso INTOSAI, México, 2007 (relabelado e atualizado, 2019).
- INTOSAI. *Princípios Fundamentais de Auditoria do Sector Público (ISSAI 100-400)*. Viena: INTOSAI, 2019.
- INTOSAI. *INTOSAI Framework of Professional Pronouncements - Principles of Transparency and Accountability (INTOSAI-P 20)*, 2019.
- JORNAL DE ANGOLA. Tribunal de Contas aponta que o rácio da Dívida Pública sobre o PIB fixou-se em 84,9%. *Jornal de Angola*, 29 Maio 2024.
- O'DONNELL, Guillermo. *Accountability horizontal e novas poliarquias*. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 44, p. 27-54, 1998.
- SANTOS, Beatriz; LIMA, Carlos. *Transparência Orçamental e Controlo Social em África. Cadernos de Estudos Sociais*, Coimbra, v.15, n. 4, p. 250-268, 2021.
- TRIBUNAL DE CONTAS DE ANGOLA. *Parecer sobre a Conta Geral do Estado do Exercício Económico de 2022*. Luanda: Tribunal de Contas, 2023.
- TRIBUNAL DE CONTAS DE ANGOLA. *Parecer sobre a Conta Geral do Estado do Exercício Económico de 2023*. Luanda: Tribunal de Contas, 2024.
- WORLD BANK. *Public Financial Management Reform in Developing Countries: A Case Study Approach*. Washington, DC: World Bank Group, 2021.

NILZA DE MORAIS

Guardadora da Memória

No coração do Tribunal de Contas de Angola há rostos que falam mais do que decretos. Há histórias silenciosas que sustentam os alicerces de uma instituição. Uma dessas histórias tem o nome de Nilza Maria Vasconcelos de Moraes, funcionária dos serviços auxiliares, que entrou para o Tribunal no exacto dia da sua fundação: 12 de Abril de 2001.

“Tem a idade do Tribunal”, dizemos com um sorriso. E ela confirma, com um brilho no olhar. Tinha um filho recém-nascido — o Jofilo — quando começou a trabalhar. Hoje, com 24 anos, ele tem a idade exacta da instituição. A coincidência é mais do que simbólica: ambos cresceram juntos. Um nas estruturas do Estado, outro nos caminhos da vida.

Dona Nilza é, antes de tudo, uma guardiã. Começou por cuidar do gabinete do primeiro Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas, Julião António, a quem chama com respeito e carinho de “pai”.

Ao lado de uma pequena equipa de confiança, assegurava, diariamente, que o espaço estivesse



Alexandre Cose

limpo, organizado e acolhedor. “Ele confiava muito em nós”, recorda com emoção.

Mas a confiança, ali, não era um detalhe: era reconhecimento. Era laço. Durante um ano e seis meses, ela e outros colegas trabalharam sem salário, esperando pela regularização das contas públicas.

“Estávamos a ponto de desistir. Mas o Presidente dizia: não desistam, o Estado vai pagar. Tenham coragem”. E eles ficaram. “Ele dava-nos o pouco que tinha. Era um homem de um grande coração”.

Hoje, depois de mais de duas décadas, Dona Nilza continua a prestar serviços na Direcção dos Serviços Administrativos. A equipa reduziu-se. Os rostos mudaram. Muitos colegas foram para a reforma. Mas ela permanece. Com 42 anos de idade e 24 de casa, conhece os corredores, os gestos e os silêncios. É como uma sentinela afectiva da Corte.

Nos dias que correm, ajuda a manter a ordem, a limpeza, e é ainda chamada pontualmente ao gabinete do presidente — para garantir que tudo esteja como deve ser. Sem alarde, sem pressa. Com responsabilidade e dignidade.

Dona Nilza sustenta os quatro filhos com o seu trabalho no Tribunal. Acredita na escola. Todos os seus filhos estudam. Dois deles ainda beneficiam do seguro de saúde oferecido pela instituição.

“Pus os meus filhos na escola para um dia também me ajudarem. Ninguém fica sem estudar”, afirma com convicção. E emociona-se. Mais de uma vez, durante a conversa, deixa cair lágrimas discretas — daquelas que não se ensaiam. Daquelas que só caem quando o que se diz vem directamente do coração.

O seu maior sonho? Ver o filho mais velho a trabalhar no Tribunal de Contas. “Gostaria muito. Ele está a estudar para isso”, confessa, com aquele orgulho silencioso das mães que lutam por cada conquista dos seus.

Antes de nos despedirmos, pedimos-lhe um conselho para os mais jovens. A resposta vem com simplicidade e firmeza:

“Trabalhar bem. Ser honesto. Ter responsabilidade. Chegar cedo.”

E é assim, com a alma limpa como o seu ofício, que Dona Nilza resume uma vida de serviço e dignidade. Porque há rostos na Corte que não saem em decretos, mas que são os verdadeiros pilares da nossa casa comum.

CRIANÇAS VULNERÁVEIS

Tribunal leva donativos a lares de acolhimento

Três centros de acolhimento de crianças, um em Malanje e dois em Luanda, vão receber, no final do ano, donativos do Tribunal de Contas de Angola,

Trata-se dos lares “Dori-Lombe”, localizado na província de Malanje, “Luther Rescova” e “Santa Isabel”, em actividade em Luanda.

Os donativos que vão ser entregues aos três lares estão a ser recolhidos, desde o dia 10 de Junho, no âmbito de uma campanha criada pelos funcionários do Tribunal de Contas de Angola, em saudação aos 24 anos do órgão judicial.

A campanha está a recolher produtos não perecíveis, como brinquedos, livros e roupas, e dá corpo à ideia de que o Tribunal de Contas de Angola também fiscaliza com o coração. A iniciativa foi criada com o espírito de que a infância é a “sementeira sagrada” de qualquer Nação.



Juíza Conselheira Elisa Rangel quando presidia à cerimónia de abertura da campanha

Na abertura da campanha, a Veneranda Juíza Conselheira Elisa Rangel Nunes, em representação do Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas, Sebastião Gunza, disse ser dever público, “que todos temos, como pessoas”, cuidar da infância, especialmente a primeira infância.

“Temos um compromisso com a educação das crianças (...)”, declarou a Veneranda Juíza Conselheira, que, na ocasião, deu ênfase à existência de um memorando multisectorial, assinado, em Abril, entre o Tribunal

de Contas e os ministérios da Saúde, das Finanças, da Educação e da Acção Social, Família e Promoção da Mulher.

O memorando, lembrou a Veneranda Juíza Conselheira, é um compromisso conjunto para o acompanhamento das políticas públicas para a primeira infância.

Com a realização da campanha, os funcionários do Tribunal de Contas trouxeram à luz o pensamento de que são pessoas que acreditam que cada criança cuidada é um país inteiro a crescer com dignidade.

MEDICINA PREVENTIVA

Tribunal de Contas cuida da saúde dos funcionários

O Tribunal de Contas de Angola promoveu, no dia 16 de Julho, uma importante acção de saúde e sensibilização sobre a hipertensão arterial, dirigida aos funcionários, em colaboração com a clínica Global Diagnostic.

A actividade decorreu na sede da instituição, no Palácio da Justiça, e contou com a presença de uma equipa médica multidisciplinar, que realizou rastreios, deu orientações e promoveu uma palestra, orientada pelo médico nefrologista Dr. Alcino Melo, que alertou para os riscos da hipertensão e as formas de a prevenir.

O Director dos Serviços Administrativos, Dr. Edilson Eduardo, sublinhou, na ocasião, a importância da medicina preventiva no contexto da função pública. “Só são bons fiscais da legalidade pública os funcionários saudáveis. Apostar na saúde é investir na qualidade do serviço que prestamos à sociedade”, declarou o Dr. Edilson Eduardo.

Durante a actividade, os funcionários puderam esclarecer dúvidas, verificar a pressão arterial e aprofundar o seu conhecimento sobre os cuidados com o coração.

A acção faz parte de um programa contínuo de promoção da saúde e bem-estar no local de trabalho, que continuará com novas edições.

Com esta iniciativa, o Tribunal de Contas de Angola reafirma a sua visão humanizada e estratégica, apostando na prevenção, no fortalecimento da equipa e na melhoria da qualidade dos serviços públicos.

A medicina preventiva é uma área da medicina que se concentra na prevenção das doenças e na promoção da saúde e da qualidade de vida das pessoas.

JULIÃO ANTÓNIO, JUIZ CONSELHEIRO PRESIDENTE JUBILADO

Um nome por detrás do Tribunal de Contas

Primeiro Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas de Angola diz ter profundo respeito pelo actual titular da pasta, que, na sua opinião, tem vindo a fazer um excelente trabalho.



Freitas Bunga

Julião António é um nome que ficará para sempre associado à história do Tribunal de Contas de Angola (TdC).

Eleito pela Assembleia Nacional, em 2001, Juiz Conselheiro Presidente da instituição criada, em 1996, também pela "Casa das Leis", onde chegou a deputado, o renomado jurista, com passagem pelos ministérios das Finanças e da Educação, foi o primeiro a liderar a instituição que revolucionou os mecanismos de fiscalização das contas públicas no país.

Criado, no plano legal, em 1996, a instituição só entra em funcionamento cinco anos depois, em 2001, com a tomada de posse do Dr. Julião António, como Juiz Conselheiro Presidente, e de outros Juizes Conselheiros.

Nos primeiros anos, o Dr. Julião António e seus coadjuutores empenharam-se na criação de uma organização totalmente nova: estrutura administrativa, quadros técnicos, processos, regulamentos e sistemas internos.

Como órgão de fiscalização externa, a instituição não funciona

sem pessoal com formação técnica em Finanças Públicas, Contabilidade, Auditoria e Direito Administrativo, quadros de que carecia no início. A formação de recursos humanos impunha-se, desafio que foi vencido com sucesso.

Percorso da instituição

Foi sob a égide do Juiz Conselheiro Presidente, Julião António, que o grosso de pessoal que assegura o funcionamento do Tribunal de Contas adquiriu competências específicas para o exercício das funções, o que implicou a colaboração de países amigos, como Brasil, cujo modelo de actuação Angola segue, com as devidas adaptações.

A conjuntura em que surge o Tribunal de Contas, marcada pela falta de cultura de prestação de contas, em que a responsabilização por gestão danosa da coisa pública ainda não era prática consolidada, viria a revelar-se, também, como um desafio a vencer.

Não admira, por isso, que muitos gestores públicos passassem a ver no Tribunal de Contas um obstáculo às suas acções e não como parceiro no fortaleci-

mento da gestão da coisa pública. Isso criava resistência institucional intensa ao controlo e ao fornecimento de informações.

Convidado a revisitar o percurso da instituição de que foi o primeiro líder, o Dr. Julião António recalca memórias do tempo em que perdeu os pais em tenra idade e um sacerdote, o padre Augusto Junqueira, compadeceu-se com a sua condição de órfão, passando a prodigalizar-lhe cuidados materiais (alimentação, vestuário e material escolar) e espiritual (doutrina da Igreja Católica).

O coração e as mãos caridosas do padre Augusto Junqueira, lembra, minimizaram-lhe as consequências de tão precoce orfandade e inculcaram-lhe valores morais que viriam a revelar-se moderadores da sua conduta enquanto servidor público, particularmente à frente do Tribunal de Contas, instituição em que se exige redobrado sentido de probidade.

"Ao longo da minha vida, procuro sempre retribuir aos outros o bem que a igreja me fez", afirma com notável franqueza.

Baseada essencialmente em memórias, umas mais distantes

Agrada-nos o trabalho feito, alegra-nos a missão cumprida e conforta-nos o facto de termos sido úteis ao nosso povo, que muito amamos", disse, com a consciência de dever cumprido



Julião António declara-se orgulhoso por ter deixado uma Instituição em pleno funcionamento

de outras, mas todas vinculadas entre si, a "conversa" com o agora jubilado Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas é uma viagem ao passado. Não admira, por isso, que, volta e meia, regresse a tempos idos para desconstruir mitos de hoje.

À pergunta sobre que dificuldades enfrentou, "ab initiu", para criar a estrutura humana e administrativa que deu vida a uma instituição recém-criada, de que era o primeiro e único funcionário, responde: "não foi fácil".

"Mas, como passei pelo Ministério da Educação, como professor, e pelo Ministério das Finanças, como controlador de contas, trazia de uma e de outra instituição experiências que me foram de grande utilidade no desempenho das funções de Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas", lembra.

Sobre o legado que deixou, remete para os balanços oficiais, que, compulsados, mostram uma instituição que, em relativamente pouco tempo, 24 anos, se afirmou como fiscalizadora do erário no país.

Quadro das acções

Dados disponíveis atestam que, só em 2017, ano em que deixou o cargo, a instituição realizou, no quadro das acções de controlo e

fiscalização, 44 auditorias, seis inquéritos e mil e 521 análises de relatórios de prestação de contas.

Concedeu 10 mil e 175 vistos de contratos de admissão de pessoal, 88 de contratos de empreitadas e 104 de prestações de serviços.

Quanto à efectivação de responsabilidades financeiras, a instituição realizou oito audiências de julgamento e instruiu 20 processos de multa.

No plano de capacitação de pessoal, auditores do Tribunal de Contas passaram por um curso avançado de pós-graduação em Finanças Públicas, formação que se estendeu a deputados da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional e a funcionários do Ministério das Finanças e da Inspeção Geral da Administração do Estado.

Missão cumprida

No dia em que se despediu dos colaboradores com quem trabalhou, uns por longevos 17 anos, tempo em que ficou à frente do Tribunal de Contas, e outros recém-admitidos, declarou-se orgulhoso por deixar uma instituição em pleno funcionamento, estando a exercer todas as competências previstas na Lei

nº 13/10, de 09 de Julho, - Lei Orgânica e do Processo do Tribunal de Contas em Angola.

É ao abrigo da supracitada lei que a instituição exerce a fiscalização prévia e sucessiva, através de auditorias, inquéritos, apreciação de prestação de contas, a efectivação das responsabilidades financeiras e a emissão de pareceres à Conta Geral do Estado, instrumento de que se serve a Assembleia Nacional, para a fiscalização política.

"Agrada-nos o trabalho feito, alegra-nos a missão cumprida e conforta-nos o facto de termos sido úteis ao nosso povo, que muito amamos", disse, com a consciência de dever cumprido.

Com cinquenta e seis anos de serviço público, iniciado no tempo colonial, o Dr. Julião António deixou um legado, que espera seja salvaguardado e enriquecido pelos seus sucessores.

Da sua residência familiar, em Luanda, acompanha hoje, com particular atenção, as informações que lhe chegam pela imprensa sobre o desempenho da instituição que serviu durante 17 anos.

Revela profundo respeito pelo actual titular da pasta, que, na sua opinião, tem vindo a fazer um excelente trabalho.

PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE

Tribunal desempenha papel activo como “auditor da sustentabilidade”

Garantia dada pelo Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas, Sebastião Gunza, numa mensagem transmitida, em formato virtual, à IV Conferência Internacional de Direito do Ambiente e Climático



Na sessão de encerramento da IV Conferência Internacional de Direito do Ambiente e Climático, realizada, em Luanda, no dia 5 de Junho de 2025, e promovida pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, o Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas de Angola, Sebastião Gunza, fez-se ouvir em formato virtual com uma mensagem marcada pela

clareza de visão, rigor técnico e profundo sentido de responsabilidade institucional.

“Impedido” de participar presencialmente por razões de saúde, o Juiz Conselheiro Presidente entendeu ser essencial partilhar uma palavra com os participantes, reafirmando o papel activo e cada vez mais exigente do Tribunal de Contas na fiscalização ambiental e no acompanhamento das metas traçadas pelos

Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Na sua intervenção, o Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas destacou o crescimento da actuação da Corte como verdadeiro “auditor da sustentabilidade”, uma expressão que resume o esforço contínuo para garantir que o Estado não apenas cumpra as normas legais, mas também assuma a sua responsabilidade perante o

planeta e as gerações futuras.

Destacou, por exemplo, os avanços em auditorias de conformidade e de desempenho ambiental, conduzidas com seriedade técnica, bem como a monitorização de políticas públicas ambientais, especialmente as que visam a preservação de ecossistemas e a mitigação das alterações climáticas.

Visão ética e jurídica

Com sensibilidade e rigor, o Juiz Conselheiro Presidente abordou os efeitos cada vez mais severos das mudanças climáticas no continente africano, alertando para os fenómenos extremos, como secas prolongadas e inundações destrutivas, que afectam desproporcionalmente as comunidades mais vulneráveis.

Chamou, ainda, a atenção para os riscos agravados enfrentados por mulheres e raparigas, obrigadas a percorrer longas

distâncias em busca de água, muitas vezes expostas a situações de violência e privações que ameaçam a sua dignidade e segurança.

Cooperação internacional

A mensagem incluiu referências à presença activa do Tribunal de Contas de Angola em fóruns internacionais de alto nível, como a ClimateScanner Global Call, nas Nações Unidas, e o IX Congresso Internacional de Controlo e Políticas Públicas, em Manaus, onde a sustentabilidade ocupou um lugar central nas discussões técnicas.

Entre os projectos destacados, teve especial relevo a Auditoria Coordenada às Áreas Protegidas de Angola, recentemente concluída, cujo relatório final contempla 18 recomendações dirigidas a entidades nacionais. O Tribunal compromete-se a acompanhar, anualmente, a implemen-

tação das medidas propostas, assegurando que os resultados desta auditoria gerem impacto positivo e duradouro na gestão ambiental.

Compromisso colectivo

O Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas concluiu a sua intervenção com um apelo directo à comunidade académica, jurídica e institucional:

“A sustentabilidade não pode continuar a ser apenas um discurso de ocasião. Deve afirmar-se como um imperativo ético, jurídico e civilizacional.”

Com esta mensagem, o Tribunal de Contas reafirma a sua identidade como órgão de controlo comprometido com as gerações futuras, exercendo um controlo que não se limita à conformidade formal, mas que se estende à defesa do bem comum e à qualidade das políticas públicas.



Pormenor da presença do Presidente Sebastião Gunza no 33.º aniversário da CNE, celebrado em Agosto de 2025

O SABER, A PALAVRA E O CONTROLO

Juiz Conselheiro Presidente Gunza participa em Conferência Científica na sede do Instituto Rui Barbosa

Tribunal de Contas de Angola (TdC) mantém com o Instituto Rui Barbosa um Acordo de Cooperação Técnica que visa, entre outros aspectos, aprofundar a formação especializada de quadros angolanos

Alexandre Cose

O Venerando Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas de Angola, Sebastião Gunza, participou, no passado dia 31 de Julho de 2025, numa Conferência Internacional promovida pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), em Brasília, subordinada ao tema «Contar a História: a arte, a responsabilidade e o poder da palavra».

A conferência, realizada no auditório do novo edifício-sede do IRB, a prestigiada “casa do saber” dos Tribunais de Contas do Brasil, foi proferida pelo escritor e jornalista Lira Neto, autor de consagradas biografias históricas.

O conferencista sublinhou, perante uma audiência composta por magistrados de contas, académicos e investigadores, que «a palavra escrita é, ao mesmo tempo, instrumento de registo do presente e força de influência sobre o futuro», acrescentando que «as palavras que proferimos hoje serão, inevitavelmente, os documentos de amanhã».

O Juiz Conselheiro Presidente, Sebastião Gunza, chefiou uma missão oficial composta pelo Consultor Milcon Ngunza, pela Directora do Gabinete de Intercâmbio e Cooperação, Dra. Helena Antunes, e pela técnica Edna Lumbo.

A deslocação inseriu-se no quadro da cooperação institu-

cional em curso com o Brasil, reforçando o compromisso do Tribunal com a modernização interna e com a adopção de boas práticas internacionais no domínio da fiscalização das finanças públicas.

Após a conferência, a delegação angolana acompanhou o acto solene de inauguração da nova sede do Instituto Rui Barbosa. O evento contou com a presença de distintas personalidades nacionais e estrangeiras, entre as quais os Presidentes da ATRICON (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil), do CNPTC (Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas) e da AMPCON (Associação Nacional do Ministério



Presidente Sebastião Gunza com altos funcionários do sector de controlo e fiscalização financeira do Brasil



O Presidente Sebastião Gunza presenciou a inauguração do novo edifício-sede do Instituto Rui Barbosa



A Dra. Helena Antunes (à esquerda) e a técnica Edna Lumbo integraram a delegação do Juiz Conselheiro Presidente



Público de Contas), para além de representantes de diversos Tribunais de Contas estaduais, membros do Ministério Público e delegações de organismos de controlo da América Latina.

Parceria em crescimento

Desde 2023, o Tribunal de Contas de Angola mantém com o Instituto Rui Barbosa um Acordo de Cooperação Técnica, que visa aprofundar a formação especializada dos quadros angolanos, robustecer as metodologias de auditoria e fomentar o intercâmbio de experiências em áreas emergentes da fiscalização externa. Foi no âmbito deste acordo que, no início de 2025, magistrados e técnicos angolanos participaram, em Brasília, numa acção de formação intensiva sobre Inteligência Artificial Generativa

aplicada ao controlo financeiro público, organizada pelo IRB em parceria com a Universidade de São Paulo.

Esta parceria expressa, de modo exemplar, a filosofia de actuação do Tribunal de Contas de Angola, assente em três pilares estruturantes: investigar, inovar e cooperar.

Sob a liderança do Juiz Conselheiro Presidente, Sebastião Gunza, o Plano Estratégico da instituição tem como eixos centrais o reforço do capital humano, por via da qualificação contínua dos auditores com ferramentas modernas, e a digitalização progressiva dos processos, com recurso a tecnologias avançadas de apoio à auditoria.

Em articulação com o IRB e outras instituições congéneres, Angola procura acelerar esta agenda de transformação, ele-

vando os padrões de qualidade da fiscalização, promovendo uma cultura de transparência e assegurando, em última instância, uma gestão pública mais responsável e voltada para o cidadão.

Rumo à liderança

Esta participação internacional acontece num momento estratégico: Angola prepara-se para acolher, em Luanda, a XIII Assembleia Geral da Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC-CPLP).

Na ocasião, o Tribunal de Contas de Angola assumirá a presidência rotativa da organização para o mandato 2025-2027, consolidando o seu papel activo no fortalecimento da cooperação lusófona em matéria de controlo e fiscalização financeira.

FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE SEGURANÇA DIGITAL

Destacados avanços registados no combate à cibercriminalidade

Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas apresentou, na Colômbia, uma comunicação, dedicada ao tema “Crimes Cibernéticos e Fiscalização Pública: Os Desafios da Cibersegurança em Angola”



O Venerando Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas de Angola, Sebastião Gunza, partilhou, com frontalidade e sentido institucional, a experiência angolana no domínio da cibercriminalidade, numa comunicação apresentada num Fórum Internacional de Segurança Digital, que decorreu, de 21 a 24 de Julho de 2025, na cidade de Cartagena das Índias, República da Colômbia.

Na comunicação, dedicada ao tema “Crimes Cibernéticos e Fiscalização Pública: Os Desafios da Cibersegurança em

Angola”, o Juiz Conselheiro Presidente traçou um diagnóstico honesto e actual sobre a transformação digital das instituições públicas e a sua exposição a novas ameaças.

O Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas, que esteve no Fórum na qualidade de prelector convidado, mencionou, na comunicação, a “explosão de crimes informáticos”, ocorrida entre 2020 e 2024, com 2.789 casos registados em apenas três anos.

A ocorrência de ataques a sistemas de entidades centrais do Estado, como o Banco Nacional

de Angola, o Ministério das Finanças, a Sonangol, a Imprensa Nacional e bancos comerciais de capitais públicos foi, também, mencionado pelo Juiz Conselheiro Presidente, que fez a seguinte revelação: a utilização abusiva da identidade institucional do próprio Juiz Presidente em diversos perfis falsos criados em redes sociais, como o WhatsApp, o Facebook e o LinkedIn, com vista à prática de extorsão de cidadãos através de falsas promessas de emprego.

“Hoje, a internet influencia todos os domínios da vida pública e privada. Mas essa mesma

ferramenta, que nos aproxima e acelera processos, também abriu espaço a formas sofisticadas de criminalidade que afectam a segurança, a confiança e a integridade das instituições”, declarou o magistrado na sua intervenção.

Cooperação internacional

Na perspectiva da resposta do Estado angolano a este fenómeno, o Presidente do Tribunal de Contas destacou o reforço do quadro legislativo penal, que passou a prever crimes como o acesso ilegítimo a sistemas, fraude por cartão, dano em dados informáticos e interceptação ilegal de comunicações, assim como a formação técnica de recursos humanos nas instituições públicas, com foco na prevenção de riscos cibernéticos.

O Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas deu ênfase ao facto de a cooperação internacional com organismos como a INTERPOL estar a permitir identificar e acompanhar casos não detectados no plano interno.

Referiu, igualmente, que muitos ataques a sistemas públicos resultam de fragilidades humanas, como o uso descuidado de palavras-passe, razão pela qual,

a cibersegurança exige vigilância constante, cultura institucional e actuação preventiva concertada entre os vários órgãos do Estado.

Quanto ao papel do Tribunal de Contas no contexto digital, o Juiz Conselheiro Presidente referiu que, embora a Corte não tenha competência investigatória criminal, desempenha um papel activo na identificação de fragilidades tecnológicas no seio das entidades públicas auditadas.

“Sempre que os nossos auditores detectam riscos ou deficiências nos sistemas informáticos das instituições sob fiscalização, são emitidas recomendações com carácter vinculativo. E, quando existem indícios de crime, os factos são remetidos à Procuradoria-Geral da República, para os devidos efeitos legais”, esclareceu.

Confiança dos cidadãos

O Juiz Conselheiro Presidente acentuou que a digitalização da administração pública, embora necessária e irreversível, exige que o controlo externo do Estado se adapte e se robusteça, de modo

a garantir a protecção da informação pública, a integridade da acção governativa e a confiança dos cidadãos.

“Enquanto órgão jurisdicional e independente de controlo externo das finanças públicas, o Tribunal de Contas de Angola está comprometido com a modernização da fiscalização, a protecção do erário e a construção de instituições seguras, confiáveis e transparentes, à altura dos desafios da era digital”, concluiu o Juiz Conselheiro Presidente.

A presença do Tribunal de Contas de Angola no Fórum Internacional de Segurança Digital inscreve-se na estratégia de afirmação externa da instituição num contexto global, onde os riscos tecnológicos se tornaram transversais, altamente complexos e com repercussões profundas na governação pública e na estabilidade dos sistemas financeiros.

O Fórum Internacional de Segurança Digital foi promovido pela Rede Internacional de Excelência Jurídica. O evento reuniu altas autoridades judiciais, dirigentes de Tribunais de Contas, peritos internacionais em cibersegurança, académicos e representantes de instituições públicas e privadas de várias regiões do mundo.



Presidente Sebastião Gunza com o Presidente da Rede Internacional de Excelência Jurídica, Dr. Léo da Silva Alves



Engenheiro Célio Costa do Amaral Gourgel garante que o Tribunal de Contas de Angola investe em soluções digitais robustas para estar cada vez mais preparada contra eventuais ataques cibernéticos

Angola registou, em 2024, uma média de 1.673 ataques cibernéticos semanais a organizações, com os sectores da Educação, Saúde e Telecomunicações, assim como os serviços financeiros, entre os mais visados.

A informação foi avançada pelo responsável pela área de Infra-estrutura Tecnológica do Tribunal de Contas de Angola, Eng.º Célio Costa do Amaral Gourgel, quando falava, como prelector, no Fórum Internacional de Segurança Digital, realizado, de 21 e 24 de Julho de 2025, na cidade

histórica de Cartagena das Índias, na Colômbia.

O engenheiro, que integrou uma delegação do Tribunal de Contas de Angola, chefiada pelo Juiz Conselheiro Presidente da instituição, Sebastião Gunza, destacou que muitos ataques exploram vulnerabilidades humanas, como o phishing em redes sociais e aplicações de mensagens, e aproveitam ligações a redes abertas, especialmente em aeroportos, para capturar credenciais e, assim, aceder a dados sensíveis.

Célio Gourgel recordou, a título de exemplo, o caso re-

cente de um jornalista angolano que, ao ligar-se a uma rede aberta no Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, em Luanda, viu a sua conta comprometida e sofreu prejuízos de cerca de 10 milhões de kwanzas.

O engenheiro Célio Gourgel, que partilhou a experiência angolana no domínio da cibersegurança e da protecção da soberania digital, sublinhou a importância de políticas sólidas de compliance e de gestão de risco, tendo reforçado esta necessidade permanente de investimento quando mencionou um caso de tentativa de fraude bancária, em que sistemas automatizados conseguiram de-

tectar padrões de movimentação anómalos, impedindo, assim, uma transferência irregular.

Sobre as acções desenvolvidas pelo Tribunal de Contas de Angola, no plano tecnológico, o engenheiro Célio Gourgel destacou as seguintes medidas adoptadas:

- Implementação de dois data centers físicos, estrategicamente localizados em Luanda, ligados por um circuito MPLS, que garante redundância e continuidade de serviço em caso de ataque.
- Utilização de servidores *on premise*, preservando a soberania dos dados.
- Instalação de *firewalls* e sistemas de monitorização como o *Zabbix*, capazes de identificar e bloquear actividades suspeitas.
- Adopção de práticas de prevenção e virtualização para reforço da segurança interna.

Alinhamento estratégico

O prelector destacou, ainda, o papel visionário do Presidente do Tribunal de Contas, reconhecido pelo seu compromisso com a inovação tecnológica e pela implementação de solu-

ções digitais robustas.

“É fundamental termos gestores alinhados com os objectivos tecnológicos da instituição. Hoje, as tecnologias são factor crítico de sucesso para qualquer organização pública ou privada”, declarou o engenheiro Célio Gourgel.

A participação do Tribunal de Contas de Angola no Fórum reforça a sua aposta estratégica na segurança digital, na soberania dos dados e na adopção de padrões internacionais, posicionando-se como uma instituição de referência no espaço lusófono e africano na protecção tecnológica da gestão pública.

O Fórum Internacional de Segurança Digital foi promovido pela Rede Internacional de Excelência Jurídica, em parceria com instituições multilaterais e universidades ibero-americanas.

O evento reuniu autoridades, juristas, conselheiros, engenheiros e especialistas de diversos países, com o objectivo de debater soluções jurídicas e tecnológicas para os desafios da transformação digital no sector público.

Sensibilização: o elo crítico da segurança

APESAR dos avanços tecnológicos, o engenheiro Célio Gourgel foi categórico: nenhum sistema está 100 por cento seguro.

Um único clique descuidado por parte de um utilizador pode comprometer toda a rede.

Por isso, a sensibilização e a formação contínua dos colaboradores são pilares centrais da defesa cibernética.



Engenheiro Célio Gourgel defende a necessidade de políticas sólidas de gestão de risco para uma maior protecção de dados

EXPERIÊNCIA NACIONAL EM PALCO INTERNACIONAL

Modelo de auditoria financeira partilhada por Angola no Brasil

Director dos Serviços Técnicos do Tribunal de Contas de Angola participou, em Julho, no terceiro Encontro Nacional de Auditoria Financeira dos Tribunais de Contas do Brasil

O modelo angolano de auditoria financeira esteve em evidência no 3.º Encontro Nacional de Auditoria Financeira dos Tribunais de Contas do Brasil (ENAF-TC), realizado entre os dias 7 e 8 de Julho de 2025, na cidade de Salvador, Bahia.

O Tribunal de Contas de Angola participou no evento através de uma delegação técnica liderada pelo Dr. Carlos António, Director dos Serviços Técnicos, e integrada pelo Chefe da 3.ª Divisão da Direcção dos Serviços Técnicos, Dr. Ernesto Matundo Mbaso.

Na sua intervenção, o Director Carlos António apresentou a experiência de Angola em matéria de auditoria financeira, começando por explicar o enquadramento normativo e metodológico que orienta esta actividade no país.

O Director Carlos António esclareceu que, actualmente, as auditorias financeiras do Tribunal de Contas de Angola seguem o Manual de Auditoria de Regularidade, instrumento em processo de revisão, com vista à criação de manuais específicos para auditoria financeira e de conformidade.



Destacou que os trabalhos de auditoria financeira são realizados em alinhamento com as ISSAI (International Standards of Supreme Audit Institutions), sobretudo as ISSAI 1000–2999, aplicáveis especificamente à auditoria financeira, garantindo qualidade, uniformidade e conformidade com as melhores práticas globais de auditoria do sector público.

“Temos reforçado a auditoria financeira com a aplicação das normas ISSAI, a integração de técnicas modernas, como a amostragem baseada no risco, e a análise de dados, além da capacitação contínua das nossas equipas,” afirmou.

De acordo com o Director, o Tribunal de Contas tem equipas especializadas, elaborado guias metodológicos internos e instituído uma política de formação permanente para os seus auditores, elevando, assim, a qualidade e abrangência das fiscalizações.

Sublinhou, ainda, o papel estratégico das auditorias financeiras no apoio à função jurisdicional do Tribunal, uma vez que os seus relatórios servem de base para imputação de responsabilidades financeiras aos gestores públicos.

“Relatórios de auditoria financeira sobre a gestão do Fundo de Apoio Social (FAS) e de programas como o PIIM (Programa Integrado de Intervenção nos Municípios) foram utilizados como fundamento para responsabilizar gestores,” exemplificou, demonstrando como as auditorias contribuem directamente para a responsabilização e a boa governação.

Desafios e perspectivas

Apesar dos avanços registados, o Dr. Carlos António reconheceu que subsistem desafios, como a inexistência de um software específico de auditoria, que condiciona a celeridade e a padronização dos trabalhos técnicos.



O Director dos Serviços Técnicos (o segundo à esquerda) representou o Tribunal de Contas num encontro de auditoria financeira do Brasil

Destacou que, embora o Tribunal tenha avançado na criação de unidades de garantia da qualidade, na elaboração de planos de auditoria mais robustos e no aumento de entidades auditadas, a transformação digital constitui, ainda, um passo essencial para o futuro.

“A inexistência de um software de auditoria constitui um obstáculo, pois esse recurso permitiria dar maior celeridade ao tratamento das informações financeiras, reduzir os prazos das auditorias e uniformizar procedimentos,” sublinhou.

Entre as perspectivas de melhoria, apontou a integração de ferramentas digitais de análise orçamental e financeira; a realização periódica de auditorias aos principais programas de investimento público e o reforço da articulação institucional com

a Inspeção-Geral da Administração do Estado (IGAE) e a Procuradoria-Geral da República (PGR), visando maior eficácia do controlo externo.

O Director dos Serviços Técnicos referiu, igualmente, resultados positivos alcançados nos últimos anos, como o aumento da transparência e credibilidade das contas públicas; a prevenção de irregularidades; a recuperação de verbas indevidamente pagas e a promoção de uma cultura de prestação de contas nos órgãos do Estado.

Modernização e cooperação

Nas suas considerações finais, o Dr. Carlos António reafirmou o compromisso do Tribunal de Contas de Angola com a modernização contínua e a adopção de tecnologias digitais, incluindo a Inteligência Artificial, para análise de riscos, com o objectivo de

tornar os processos de auditoria mais céleres, eficazes e alinhados às exigências internacionais. “É necessário investir em transformação digital, na capacitação contínua dos auditores, na revisão do quadro legal e na harmonização da legislação financeira pública, para garantir auditorias financeiras robustas e um controlo externo cada vez mais efectivo,” acentuou.

Por fim, destacou o valor do intercâmbio técnico internacional para o fortalecimento dos Tribunais de Contas, salientando que a participação no ENAF-TC reforça o compromisso institucional de Angola com a adopção de boas práticas e com a boa governação, consolidando a imagem do Tribunal como garante da legalidade financeira e promotor da confiança pública.

SUSTENTABILIDADE E CONTROLO PÚBLICO

Tribunal de Contas leva ao Brasil mensagem firme sobre fiscalização ambiental

O Tribunal de Contas marcou presença no IX Congresso Internacional de Controlo e Políticas Públicas com conteúdo técnico, visão estratégica e uma mensagem firme sobre a fiscalização ambiental.

Manaus, no coração da floresta amazónica, foi o palco escolhido para o IX Congresso Internacional de Controlo e Políticas Públicas, promovido pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) e pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. Angola esteve lá não apenas como participante, mas como voz activa e respeitada nos debates sobre sustentabilidade, fiscalização de obras públicas e boa governação.

A delegação angolana foi liderada pela Veneranda Juíza Conselheira Elisa Rangel Nunes e integrada pela Juíza Conselheira Arlete da Conceição e pelos quadros seniores Alexandre Cose, Helena Antunes e Yolene Sana, em representação do Gabinete de Comunicação Institucional, Cooperação Internacional e da Presidência, respectivamente. A missão a Amazonas foi autorizada pelo Despacho n.º 055/PTC/2025.

Durante quatro dias — de 26 a 29 de Maio de 2025 — o Congresso reuniu representantes de Tribunais de Contas da lusofonia, académicos, decisores



Juíza Conselheira Elisa Rangel (ao centro) teve voz activa nos debates

públicos e peritos internacionais para discutir, com profundidade e visão estratégica, temas como mudanças climáticas, justiça intergeracional, auditoria ambiental, controlo preventivo, digitalização e fiscalização de políticas públicas descentralizadas.

No decurso do Congresso, foram também realizadas oficinas técnicas, reuniões bilaterais e painéis de alto nível, com participações de Portugal, Espanha, São Tomé e Príncipe e Panamá.

A delegação angolana destacou-se ao apresentar quatro eixos estratégicos da acção do Tribunal de Contas: Cooperação internacional; Comunicação institucional; Planificação e controlo de qualidade e Digitalização dos processos fiscalizadores.

Fiscalizar para Transformar

Em entrevista à margem do evento, a Juíza Conselheira Elisa Rangel Nunes destacou a urgência de uma abordagem mais qualificada à fiscalização ambiental, com base no conhecimento técnico, formação contínua e visão de futuro.

“Temos leis, mas persistem fragilidades na sua aplicação. A acção fiscalizadora também deve educar. Por isso, insisto: formação, formação, formação”, acentuou.

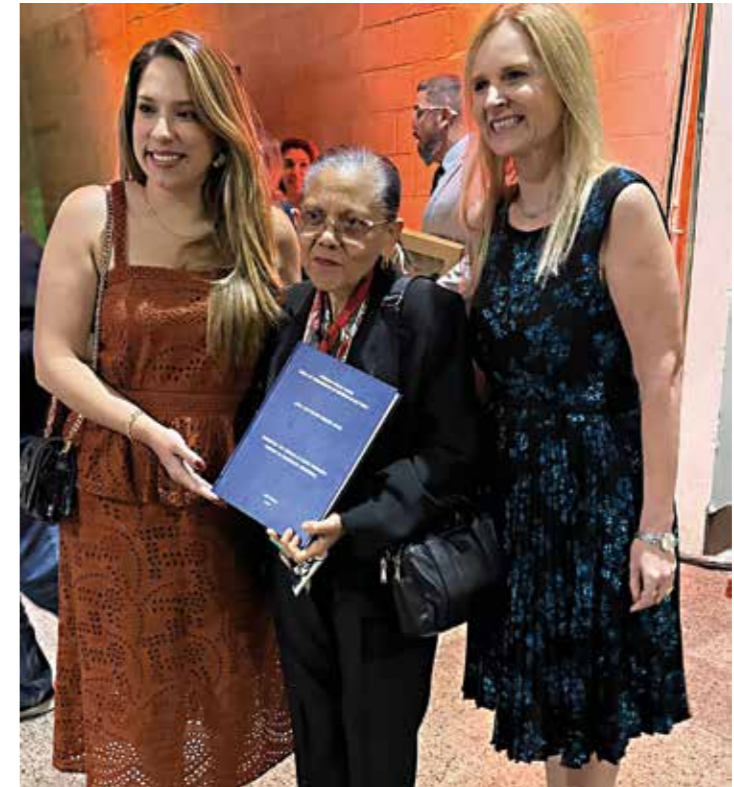
O pensamento da Juíza Conselheira Elisa Rangel reflecte a missão mais ampla do Tribunal de Contas como órgão pedagógico, transformador e comprometido com o bem comum. “Aqui não é ver, ouvir e calar. Aqui é ver, ouvir e praticar”, afirmou.

Compromisso para o Futuro
O encerramento da missão

incluiu a participação em sessões plenárias sobre sociobioeconomia, auditorias ambientais, políticas públicas sustentáveis, assim como uma visita institucional ao Zoológico do Exército Brasileiro, espaço dedicado à preservação e reabilitação de espécies da floresta amazónica.

A visita foi encarada pela delegação angolana como um momento simbólico que reforçou o compromisso com a natureza e a educação ambiental.

Na sua conclusão, o relatório da missão sublinha que “a participação do Tribunal de Contas de Angola em Manaus representa um momento de grande enriquecimento técnico e institucional. Que as sementes plantadas neste encontro floresçam em práticas concretas que impactem positivamente o serviço público e o bem-estar da sociedade angolana.”



Um percurso profissional reconhecido no estrangeiro

Laúca é apresentada como estudo de caso

Um dos momentos de maior destaque da missão angolana foi a apresentação do artigo científico do Juiz Conselheiro Presidente, Sebastião Gunza, inserido na colectânea internacional “Os Tribunais de Contas e a Sustentabilidade: Governança e Controlo no Enfrentamento das Mudanças Climáticas”, lançada no evento.

Intitulado “A Fiscalização Preventiva em Projectos de Grande Escala: O Caso da Barragem Hidroeléctrica de Laúca (Angola)”, o artigo expõe com rigor técnico e clareza jurídica a actuação do Tribunal de Contas nas suas três modalidades fiscalizadoras - preventiva, concomitante e sucessiva -, aplicadas à emblemática obra de infra-estrutura.

A obra colectiva, publicada em dois volumes, reúne mais de 40 contribuições dos Tribunais de Contas do Brasil e

de países parceiros.

O presidente do IRB, Conselheiro Edilson Silva, destacou o valor da contribuição angolana, sublinhando que o Juiz Presidente Gunza é uma peça decisiva na aproximação entre Angola e o Brasil no domínio do controlo público.

A Juíza Conselheira Elisa Rangel Nunes, que representou o autor no lançamento da obra, considerou a inserção de Angola na colectânea como um marco doutrinário.

Esta intervenção poderá vir a ser referenciada na jurisprudência brasileira. Trata-se de uma base sólida para futuras decisões no domínio das auditorias ambientais e da responsabilização dos gestores públicos.

A Juíza Conselheira reforçou, ainda, o apelo à produção científica nacional: “Seria desejável que mais autores angolanos

publicassem obras desta natureza. A nossa revista Fluxos da Corte já acolhe textos de autores brasileiros, e esse intercâmbio só nos fortalece”.



EM REUNIÃO DA JURISAI

Tribunal de Contas reforça no Brasil compromisso que tem com controlo jurisdicional das finanças públicas

Juíza Conselheira Olinda França Cardoso representou o Tribunal de Contas numa reunião da JURISAI, onde defendeu que a fiscalização jurisdicional deve ter impacto real na vida das pessoas, com processos mais céleres e decisões mais consistentes

O Tribunal de Contas reforçou, na cidade de Brasília, capital brasileira, o compromisso de Angola com a agenda global de modernização e cooperação no controlo jurisdicional das finanças públicas.

A posição de Angola foi divulgada pela Veneranda Juíza Conselheira Olinda França Cardoso, na primeira Reunião Anual Ordinária do Conselho de Administração da Organização das Instituições Superiores de Controlo com Funções Jurisdicionais (JURISAI), realizada de 11 a 12 de Setembro.

A Juíza Conselheira Olinda França Cardoso esteve na reunião, a primeira a ser realizada desde a constituição do Conselho de Administração da JURISAI, em representação do Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas de Angola, Sebastião Gunza.

O encontro definiu as bases operacionais, prioridades estratégicas e a voz colectiva da JURISAI, para o XXV Congresso da Organização Internacional das Instituições Superiores de Controlo (INTOSAI), que vai decorrer, no Egipto, de 27 a 31 de Outubro do presente ano.

Entre os pontos centrais, ganhou destaque o roteiro para o reconhecimento formal da JURISAI como "Entidade Relacionada" da INTOSAI, passo decisivo para a sua integração plena no ecossistema global de controlo externo.

Ao longo das sessões, a delega-



Juíza Conselheira Olinda Cardoso em representação do Tribunal de Contas numa reunião da JURISAI

ção angolana defendeu três linhas de fundo, nomeadamente a "Centralidade do cidadão e do valor público"; a "Governança e coerência interna da JURISAI" e o "Ritmo institucional e segurança jurídica".

As três linhas de fundo foram destrinçadas pela delegação angolana, que, quanto à primeira linha, deu ênfase à necessidade de a fiscalização produzir externalidades positivas, como uso eficiente das receitas públicas, a não oneração indevida do contribuinte e a melhoria de resultados em políticas essenciais, como educação, saúde e ambiente.

Sobre a "Governança e coerência interna da JURISAI, Angola defendeu o reforço da coordenação entre Comitês Permanentes, para evitar sobreposição de tarefas e assegurar execução disciplinada do

Plano Estratégico 2025-2027.

Já sobre o "Ritmo institucional e segurança jurídica", foi defendida por Angola a realização, à margem do "INCOSAI XXV", como também é chamado o Congresso da INTOSAI, de uma Assembleia Geral Extraordinária, para aprovar diplomas e decisões estruturantes, como planos de acção, regulamento financeiro, processo de eleição de auditores e admissões, condição necessária ao pedido de reconhecimento pela INTOSAI.

Para a Juíza Conselheira angolana, a finalidade última do trabalho em curso "é garantir que a fiscalização jurisdicional tenha impacto real na vida das pessoas, com processos mais céleres, decisões mais consistentes e prevenção efectiva de danos às finanças públicas".

A reunião realizada em Brasília confirmou a relevância da JURISAI como plataforma de cooperação e fortaleceu a posição de Angola no sistema global de controlo externo, reforçando o seu compromisso com a transparência, a modernização e a boa governação. Em breves declarações à revista

Fluxos da Corte - O Tribunal de Contas em Movimento, a Juíza Conselheira Olinda França Cardoso enquadrou a JURISAI como "plataforma global de partilha de conhecimento, aperfeiçoamento metodológico e harmonização de práticas entre as ISC detentoras de poder jurisdicional, recordando que Angola é membro de pleno direito e

integra o Conselho de Administração da JURISAI.

A Dra. Olinda França Cardoso referiu que "a formação estruturada e tecnologia adequada traduzem-se em processos mais rápidos e decisões mais úteis", a fim de o cidadão sentir "resultados de fiscalização mais oportunos e eficazes".

O que foi decidido em Brasília: pilares, processos e produtos

As deliberações da reunião do Conselho de Administração da JURISAI assentaram em seis grandes eixos estratégicos, que definirão o futuro da organização no triénio 2025-2027.

1. Termos de Referência e Planos de Acção

Foram aprovados os planos de acção dos três comités permanentes da JURISAI, com impacto directo na formação e na padronização das práticas de fiscalização:

- Comité de Capacitação (CBC): mapeamento de competências, criação de trilhas formativas, certificação e uniformização de perfis profissionais das ISC jurisdicionais.
- Comité dos Ministérios Públicos (PPOsC): directrizes de actuação coordenada, banco de boas práticas e articulação comparada para fortalecer a responsabilização financeira.
- Finanças, Administração e Comunicação (FACC): definição da estratégia de comunicação, gestão orçamental e apoio administrativo às estruturas da organização.

Os documentos foram aprovados para execução, com cronogramas, responsáveis e estimativas de custos claramente definidos.

2. Reconhecimento da JURISAI pela INTOSAI

Foi aprovado o plano de "advocacy" e de diplomacia institucional para garantir a alteração estatutária necessária junto da INTOSAI, com vista ao reconhecimento formal da JURISAI como entidade relacionada. A submissão do pedi-

do está prevista para o INCO-SAI XXV, no Egipto.

3. Presença no INCOSAI XXV

• A participação da JURISAI no maior congresso mundial de controlo externo incluirá:

- Side event: com o tema "O valor acrescentado das ISC em tempos de crise financeira e económica", evidenciando o papel do modelo jurisdicional na responsabilização dos gestores públicos.
- Stand institucional: exposição de documentos estratégicos, publicações e kits informativos para divulgar o trabalho da organização.

4. Assembleia Geral Extraordinária

Foi preparada a convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária à margem do INCOSAI XXV para deliberar sobre o regulamento financeiro, aprovação de quotas, orçamento trienal, eleição de auditores independentes e admissões de novos membros, consolidando a operacionalização da JURISAI.

5. Quadro Financeiro e Boa Governação

Foram definidas directrizes para assegurar quotas moderadas e inclusivas. Foi, igualmente, validado o Regulamento Financeiro, com regras de orçamento, execução e prestação

de contas, em conformidade com as normas IPSAS e ISSAIs.

6. Parcerias e criação do ICEJ

Foi aprovado o quadro de parcerias estratégicas com organizações regionais da INTO-SAI, doadores internacionais e instituições académicas. Destaca-se, ainda, o lançamento do Centro Internacional de Estudos Jurisdicionais (CIEJ), instituição que vai estar sediada no Brasil.

O CIEJ vai ser um centro de excelência em formação, investigação e inovação para o modelo jurisdicional.

Benefícios para Angola

A participação activa de Angola permitirá:

- Capacitação avançada de magistrados e técnicos do Tribunal de Contas em auditorias financeiras, de desempenho e fiscalização concomitante.
- Acesso a tecnologias e metodologias de ponta, incluindo ferramentas digitais e inteligência artificial, para maior celeridade processual e prevenção de riscos.
- Integração plena em redes internacionais, favorecendo a realização de auditorias coordenadas em áreas como ambiente, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e finanças públicas.

AUDITORIA E SUSTENTABILIDADE

Angola e Amazonas decidem reforçar cooperação em auditoria ambiental

Abertura à cooperação internacional insere-se no compromisso do Tribunal de Contas de Angola de potencializar o seu papel pedagógico e fiscalizador junto das diversas entidades públicas

Alexandre Cose

O Tribunal de Contas de Angola recebeu, no passado dia 6 de Junho, em Luanda, uma delegação do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (Brasil), chefiada pelo Conselheiro Júlio Pinheiro, tendo o encontro sido marcado por troca de experiências em matéria de auditoria ambiental, educação ecológica e governança sustentável.

A missão brasileira foi acolhida pelos Juizes Conselheiros Elisa Rangel, Olinda França Cardoso, Manuel da Cruz Neto e Arlete da Conceição, com o apoio institucional dos directores dos Serviços Técnicos e Administrativos, Dr. Carlos António e Dr. Edilson Eduardo.

Na abertura do encontro, a Juíza Conselheira Elisa Rangel, em nome da delegação

anfitriã, sublinhou a importância de dialogar com instituições que já possuem maior maturidade na área da fiscalização ambiental: "A troca de experiências com um tribunal como o do Amazonas permite-nos reflectir sobre os nossos próprios processos e melhor alinhá-los com as boas práticas internacionais".

Esta abertura à cooperação internacional insere-se no



O Tribunal de Contas reconhece a importância de dialogar com instituições que já possuem maior maturidade na área da fiscalização ambiental

compromisso do Tribunal de Contas de Angola em potenciar o seu papel pedagógico e fiscalizador junto das entidades públicas, especialmente num momento em que os desafios ambientais impõem uma acção mais informada e técnica por parte das instituições de controlo.

Durante o encontro, foi apresentado o projecto "Eu sou um eco-cidadão", uma iniciativa educativa, promovida no Estado do Amazonas, que já alcançou cerca de 1.000 alunos da rede pública, com acções de sensibilização, oficinas temáti-

cas e divulgação mediática.

A ideia é formar agentes multiplicadores de boas práticas ambientais, actuando nas escolas, comunidades e instituições.

Intercâmbio e formação

O Conselheiro Júlio Pinheiro manifestou, ainda, o interesse em estabelecer uma parceria formal com o Tribunal de Contas de Angola, nos moldes do relacionamento já existente com o Tribunal Administrativo de Moçambique, especialmente no campo da formação técnica e do intercâmbio institucional

Este encontro representa

mais do que uma visita institucional. Trata-se de um passo concreto no sentido da modernização dos instrumentos de fiscalização ambiental em Angola e da consolidação de uma cultura pública mais responsável, consciente e comprometida com o futuro.

O Tribunal de Contas de Angola reafirma, assim, o seu compromisso com a sustentabilidade, com o fortalecimento da auditoria ambiental e com a cooperação internacional como via estratégica para o aperfeiçoamento contínuo das suas práticas.

Acção, educação e responsabilidade

O Conselheiro Júlio Pinheiro, que se encontrava em Luanda para participar na IV Conferência Internacional sobre o Direito do Ambiente e Climático, partilhou experiências do seu tribunal no domínio da gestão de resíduos sólidos, da logística reversa e da economia circular, destacando a importância de uma fiscalização firme e alinhada com os objectivos do desenvolvimento sustentável.

"Nós, Tribunais de Contas, não podemos cruzar os braços para agradar os governantes. É nosso dever alertar, fiscalizar e ser parceiros activos na construção de uma governança ambiental eficaz", defendeu.



Conselheiro Júlio Pinheiro, do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Destaques

"A troca de experiências com um tribunal como o do Amazonas permite-nos reflectir sobre os nossos próprios processos e melhor alinhá-los com as boas práticas internacionais"- Juíza Conselheira Elisa Rangel, do Tribunal de Contas de Angola

Vozes da Cooperação Ambiental

" Nós, Tribunais de Contas, não podemos cruzar os braços para agradar os governantes. É nosso dever alertar, fiscalizar e ser parceiros activos na construção de uma governança ambiental eficaz"- Conselheiro Júlio Pinheiro, do Tribunal de Contas do Estado brasileiro do Amazonas

POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS

Igualdade de género “mora” no Tribunal de Contas de Angola



O Tribunal de Contas de Angola é, também, uma referência em matéria de representatividade feminina em cargos de decisão.

Uma prova de que o Tribunal de Contas de Angola é um exemplo de inclusão de género é o facto de ter, no seu plenário, uma expressiva presença de mulheres.

O Tribunal de Contas de Angola tem apostado no fortalecimento da “governança inclusiva e sensível ao género” por via da capacitação interna, que é feita com a colaboração de parceiros.

O órgão judicial, no âmbito

da promoção da igualdade de género, tem participado em eventos, como workshops, sobre, por exemplo, a “Orçamentação Sensível ao Género (OSG)” e o “Selo de Igualdade de Género para Instituições Públicas”, organizados por várias instituições, entre as quais o PNUD, e pelo projecto Pro PALOP-TL ISC, que promovem a igualdade de género nas finanças públicas e na governação.

O “Selo de Igualdade de Género para Instituições Públicas” é uma iniciativa global que homenageia as instituições públicas e os governos que se esforçam para serem mais inclusivos e que

trabalham para a criação de sociedades em que as mulheres e os homens tenham oportunidades iguais.

Já a “Orçamentação Sensível ao Género” é um instrumento criado para identificar como as despesas estatais respondem às prioridades de igualdade de género.

Um Observatório de Género de Angola (OGA) foi criado, em Março do presente ano, pelo Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, para recolher, analisar e divulgar dados sobre a igualdade de género no país, com o objectivo de fortalecer políticas públicas mais inclusivas.

Palavras Conectadas

SEBASTIÃO DOMINGOS GUNZA

Tribunal de Contas de Angola



“ Pretendemos fazer um trabalho que torne Angola mais ouvida e respeitada no contexto internacional da fiscalização das finanças públicas ”

VITAL DO RÊGO FILHO

Tribunal de Contas da União (Brasil)



“ Há um compromisso, não apenas afectivo, mas funcional (...). Nós amamos o Brasil e é por ele que vamos trabalhar, pelos cidadãos brasileiros ”

AMADU TIDJANE BALDÉ

Tribunal de Contas da Guiné-Bissau



“ É um autêntico privilégio poder servir o povo, com o rigor que nos compete de fiscalidade, controlo e transparência na gestão dos bens públicos ”

ANA MARIA GEMO BIÉ

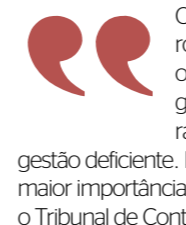
Tribunal Administrativo de Moçambique



“ Estamos empenhados em melhorar os procedimentos internos do Tribunal Administrativo. Tudo faremos para que as nossas decisões sejam céleres e eficazes ”

FILIPA URBANO CALVÃO

Tribunal de Contas de Portugal



“ Onde há dinheiro há, de facto, o risco de má gestão financeira ou de uma gestão deficiente. Por isso, é de maior importância que o Tribunal de Contas esteja atento (...) ”



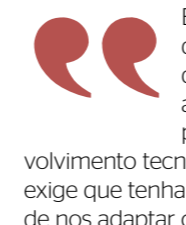
RICARDINO COSTA ALEGRE

Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe

“ A nossa missão será sempre (...) a de contribuir para a defesa dos princípios da boa governação, da transparência e da prestação de contas (...) ”

AFONSO CARMONA

Tribunal da Relação de Timor-Leste



“ Estou ciente de que os desafios vão aumentar, pois o desenvolvimento tecnológico global exige que tenhamos de nos adaptar com sabedoria ”



JOÃO CRUZ BORGES DA SILVA

Tribunal de Contas de Cabo Verde

“ Cabo Verde deve adoptar uma estratégia nacional de prevenção e combate à criminalidade ”

O SEU NOME É JOSÉ DA SILVA NETO

O rosto que mantém viva a chama do desporto que é feito no Tribunal de Contas

Entre processos e actividades desportivas e lúdicas, nasce um líder silencioso, que sonha em ver, no Tribunal de Contas, equipas femininas fortes, basquetebol activo e os filhos dos funcionários integrados. “É este o legado que quero deixar”.

Alexandre Cose

Quando se fala de dedicação, disciplina e espírito de equipa no Tribunal de Contas, um nome surge naturalmente: José da Silva Neto.

Há 24 anos no Tribunal de Contas, José da Silva Neto está colocado, actualmente, na Contadoria-Geral. Mas o seu impacto vai muito além dos pareceres e verificações. Ele é o rosto que mantém viva a chama do desporto no Tribunal de Contas, liderando, motivando e sonhando alto por todos.

Naturalmente reservado, José da Silva Neto abriu o coração durante a conversa. Falou da sua trajectória, das lutas diárias, das vitórias no campo e dos sonhos que ainda carrega.

“Trabalhar aqui exige muito.



Mas o desporto alivia o peso. Faz-nos sentir mais humanos, mais unidos. E é disso que precisamos.”

Rigor técnico

Iniciou o seu percurso na Direcção Técnica, onde permaneceu durante 22 anos, até ser mobilizado para a Contadoria-Geral.

Embora a transferência não tenha resultado de uma escolha pessoal, abraçou a mudança com serenidade e sentido de missão.

Hoje, afirma que o grau de exigência se mantém elevado, mas sublinha que, na Contadoria-Geral, a responsabilidade traduz-se num contacto mais

directo com Juizes, Advogados e Magistrados do Ministério Público.

Entre os nomes que menciona com admiração, destaca o do Juiz Conselheiro Manuel José Domingos, a quem reconhece como homem de rigor, serenidade e firmeza.

Recorda, igualmente, com profundo respeito e carinho, os seus antigos chefes de departamento, os Juizes Conselheiros Gilberto Magalhães, Domingas Garcia e Olinda França Cardoso. Para ele, todos foram verdadeiros mestres, exemplos de carácter íntegro e excelência

técnica.

Paixão colectiva

Mas foi no desporto que encontrou uma missão maior. Lidera a equipa de futsal masculino, que já deu ao Tribunal de Contas grandes alegrias.

Em 2015, a equipa de futsal masculino do Tribunal de Contas venceu um torneio promovido pelo Tribunal Supremo, impondo-se contra oito equipas e ganhando na final ao próprio Tribunal Supremo.

Mais recentemente, no torneio do 24.º aniversário do Tribunal de Contas, derrotou a equipa do Tribunal Constitucional, por um expressivo 9-1, e conquistou, ainda, o torneio da Provedoria de Justiça, realizado com a participação de 12 equipas de peso, em representação de várias instituições, entre as quais a ELISAL, o SME, o Tribunal Constitucional, a Provedoria de Justiça, o Tribunal Supremo e o Governo Provincial de Luanda.

“Não é só ganhar. É mostrar que temos força, disciplina, espírito de equipa e que o Tribunal de Contas é mais do que processos e auditorias – é feito de pessoas”, acentua o líder desportivo.

Dificuldades e esperança

Nem tudo é fácil. A equipa treina em campos arrendados, muitas vezes pagos pelos próprios funcionários.

Só recentemente, o Tribunal de Contas passou a financiar o pagamento de campos e logística básica, como a distribuição de água e frutas e transporte para torneios.

Faltam ainda equipamentos essenciais: luvas para o guarda-redes, ténis adequados, kits de primeiros socorros, caneleiras e bolas de qualidade.

“São meios de segurança, não apenas acessórios, que teremos de assegurar para a nossa equipa”, diz.



Fazer manutenção física ajuda na prevenção de doenças



O desporto é um aliado do combate à desigualdade de género



Para além do futsal: uma visão inclusiva

A sua visão, porém, vai muito além do campo de futsal masculino. Silva Neto sonha com:

- Equipas femininas de futsal e andebol, com apoio motivacional directo do Presidente do Tribunal, para garantir adesão e confiança das mulheres.
- Reactivação do basquetebol masculino, pois temos excelentes jogadores na casa.
- Integração do Tribunal na Federação de Actividade Desportiva dos Trabalhadores, para levar o nome da instituição a competições nacionais e reforçar o orgulho de todos.

E não esquece os filhos dos funcionários. Sonha com excursões, torneios e actividades para crianças, criando um espírito familiar e aproximando gerações. "Eles nem se conhecem uns aos outros. Seria lindo vê-los juntos, orgulhosos dos pais e do Tribunal".

"Ganhar torneios é bom, mas é ainda melhor ver colegas unidos, motivados e orgulhosos".

"O Tribunal de Contas não é só pareceres e auditorias. É também cuidar das pessoas que o fazem acontecer".

"Sonho em ver equipas femininas fortes, basquetebol activo e os filhos dos funcionários integrados. É este o legado que quero deixar".



Mais do que um treinador, Silva Neto é um visionário

Apesar de ser conhecido como o treinador da equipa, deseja passar a responsabilidade técnica para outro colega e assumir a coordenação geral das actividades desportivas e lúdicas do Tribunal.

"O Tribunal é também cuidar do lado humano. Com o amparo do nosso Presidente, queremos construir uma cultura de maior interacção entre nós aqui dentro".

Para este ano, sonha com um grande torneio alusivo aos 50 anos da Independência Nacional, com actividades inter-provinciais para motivar ainda mais os funcionários.

"Precisamos de ideias. E temos muitas. Falta colocá-las no papel e apresentá-las. O Presidente vai aprovar. Porque isso ajuda a imagem do Tribunal e faz bem a todos nós".



O "timoneiro" da prática desportiva no Tribunal de Contas

O TRIBUNAL DE CONTAS EM MOVIMENTO



DNT.

PARCERIAS TÉCNICAS E ACADÉMICAS

Tribunal de Contas de Angola quer aprofundar intercâmbio com vários parceiros no Brasil

Venerando Juiz Conselheiro Presidente, Sebastião Gunza, esteve presente no II Congresso Nacional de Saneamento dos Tribunais de Contas do Brasil



O Tribunal de Contas de Angola está interessado em aprofundar o intercâmbio de conhecimento com os Tribunais de Contas do Brasil, especialmente nas áreas de Auditoria Ambiental e de Avaliação de Políticas Públicas de Saneamento.

A manifestação de interesse foi avançada pelo Presidente do Tribunal de Contas de Angola, Venerando Juiz Conselheiro Dr. Sebastião Gunza, quando falava na cerimônia de encerramento do II Congresso Nacional de Saneamento dos Tribunais de Contas do Brasil, realizado, de 10 a 12 de Setembro, em Porto Alegre, capital do Estado brasi-

leiro do Rio Grande do Sul.

O Juiz Conselheiro Presidente, Sebastião Gunza, que participou no Congresso a convite do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), deu ênfase às áreas de Auditoria Ambiental e de Avaliação de Políticas Públicas de Saneamento por ganharem "importância estratégica num contexto de eventos climáticos extremos e de busca pela resiliência das cidades".

No seu discurso, o Presidente Sebastião Gunza destacou a importância do diálogo Sul-Sul e a necessidade de partilha de conhecimento técnico.

"Cada vez que venho ao Brasil, aprendo algo novo e levo ideias para reforçar o trabalho do nosso Tribunal", reconheceu o Juiz Conselheiro Presidente, Sebastião Gunza, que disse ter o Brasil uma longa tradição de fiscalização e regulação que serve de inspiração para Angola.

Antes de discursar, o Presidente Sebastião Gunza foi alvo, numa das sessões do Congresso, de uma homenagem especial, por parte do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, tendo recebido uma distinção que qualificou como "uma das mais elevadas honrarias já concedidas ao Tribunal de Contas de Angola".



Sobre a distinção, o Presidente Sebastião Gunza referiu que "esta honra que hoje recebo será guardada no lugar mais nobre do nosso Tribunal, como símbolo de cooperação e amizade entre as nossas instituições".

O Presidente do Tribunal de Contas de Angola recordou, ainda, o papel histórico do Brasil no reconhecimento da Independência de Angola, sublinhando a relação de irmandade que une os dois países e a relevância de se continuar a investir em parcerias técnicas e académicas.

O Congresso foi dedicado à discussão do tema "Resiliência Climática e Saneamento Básico" e reuniu representantes de Tribunais de Contas de todo o Brasil, agências reguladoras, membros do Governo, especialistas e organizações da sociedade civil para debater os desafios da universalização do saneamento, a regulação de serviços de água e esgoto, o manejo de resíduos sólidos e a adaptação das cidades às mudanças climáticas.

A presença do Presidente Sebastião Gunza no Congresso reforça o compromisso do Tribu-

A presença do Presidente Sebastião Gunza no Congresso reforça o compromisso do Tribunal de Contas de Angola com o intercâmbio internacional de experiências e com o fortalecimento das práticas de fiscalização das políticas públicas de saneamento e sustentabilidade ambiental

nal de Contas de Angola com o intercâmbio internacional de experiências e com o fortalecimento das práticas de fiscalização das políticas públicas de saneamento e sustentabilidade ambiental, um dos eixos prioritários da sua acção estratégica.

O programa do Congresso incluiu painéis sobre o "Impacto das mudanças climáticas nos sistemas de drenagem urbana e de saneamento básico"; a "Regu-

lação e fiscalização da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário"; o "Financiamento e sustentabilidade de projectos de infra-estrutura de saneamento" e a "Participação social e direito dos usuários, garantindo transparência e eficiência na prestação de serviços".

O Presidente do Tribunal de Contas fez-se acompanhar da Directora do Gabinete de Intercâmbio e Cooperação, Dra. Helena Antunes, do consultor do Tribunal de Contas Dr. Domingos Comprido Magalhães, e de Yolene Sana, técnica do seu Gabinete.

O Brasil tem, actualmente, 33 Tribunais de Contas, sendo um Tribunal de Contas da União (TCU), 26 Tribunais de Contas dos Estados (TCE), três Tribunais de Contas dos Municípios (TCM), dois Tribunais de Contas Municipais (TCM) e um Tribunal de Contas do Distrito Federal (TC-DF).

Apesar de a sigla TCM ser utilizada tanto pelos três Tribunais de Contas dos Municípios do Estado, quanto pelos dois Tribunais de Contas do Município, há significativa diferença na sua jurisdição e actuação.



Dr. Sebastião Gunza em conversa com o Dr. Marcos Peixoto, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul



Dr. Sebastião Gunza com o Dr. César Miola, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul



INICIATIVA QUE APROXIMA PESSOAS E CRIA MEMÓRIAS

Coro que nos une com harmonia, cultura e afecto institucional

Criado por iniciativa do Venerando Juiz Conselheiro Presidente, o Grupo Coral do Tribunal de Contas de Angola é a prova de que a instituição judicial, além de fiscalizar com rigor, sabe, também, tocar a alma

Cesaltina Satyiohamba

Num tempo marcado por desafios, prazos e rigor técnico, é reconfortante descobrir que, por detrás das cifras e pareceres, pulsa, também, a música.

Fundado em Abril de 2024, por iniciativa do Venerando Juiz Conselheiro Presidente, Sebastião Gunza, o Grupo Coral do Tribunal de Contas de Angola é, hoje, muito mais do que uma sim-

ples iniciativa cultural, a expressão viva de afecto institucional, pertença e identidade.

A estreia aconteceu num momento emblemático: as Jornadas Técnico-Científicas da Corte, alusivas ao 23.º aniversário do Tribunal. Desde então, o grupo vem encantando colegas e convidados com actuações que combinam talento, dedicação e espírito de comunhão.

Formado exclusivamente por funcionários do Tribunal, o grupo conta com 37 integrantes, sendo 29 senhoras e oito senhores, e está sob a coordenação dedicada dos colegas Ernesto Mbasso, Norma Manuel, Adónis Calandula, Emília Dias e Juliana Lucubo.

Entre os nomes que compõem esta vibrante família musical encontram-se Albertina Bondo, Angélica Sachambula,

Ana Andrade, Antónito Manuel, Cláudia Santana, Cláudia Carriengue, Cláudio Muiaia, Desdna Carroba, Divalda Belchior, Elizabeth Mavenda, Emanuel da Silva, Gizela Sumbo, Helena Sebastião, Iridineth Aly, Iracelma Martins, Janeth Neto, José Nkana, Júlia Tuti, Ketsia dos Santos, Luísa Baptista, Leonor da Silva, Marcelina da Fonseca, Maria Hespahnol, Nelson Penza, Neusa Xivi, Paula Augusto, Rebeca Victor, Sandra Gaspar, Teresa da Silva, Uma Sunda e Vivalda Jacinto.

Visão de liderança

Cada voz é uma história. Cada ensaio, uma aprendizagem colectiva. Mais do que notas bem colocadas, o grupo cultiva laços de amizade, confiança e cooperação. A música tornou-se, para estes funcionários, um espaço de reencontro consigo

mesmos e com os outros. Um acto de entrega, de alegria, de pertença.

Com um repertório diversificado, que inclui canções tradicionais angolanas, o grupo tem recebido elogios pelo profissionalismo, pela sensibilidade e pela harmonia que transmite em cada apresentação. É um colectivo afinado, mas, mais do que isso, é um espelho do que o serviço público pode ser quando se valoriza a dimensão humana das instituições.

Quando decidiu apoiar e incentivar a criação do Grupo Coral, o Juiz Conselheiro Presidente sublinhou uma visão de liderança que integra cultura, bem-estar e criatividade na missão institucional. Trata-se de investir em pessoas, descobrir talentos, inspirar a ima-

Cada voz é uma história. Cada ensaio, uma aprendizagem colectiva. Mais do que notas bem colocadas, o grupo cultiva laços de amizade, confiança e cooperação.

A música cura, inspira, liga e transforma. No seio do Tribunal de Contas de Angola, ela tem feito exactamente isso: aproximar pessoas, criar memórias e semear esperança.

CORO DA CORTE

ginação colectiva e, acima de tudo, construir pontes entre os vários sectores da Corte.

É certo que vivemos hoje contextos muito apressados, individualistas e muitas vezes ruidosos.

Contudo, o coral do Tribunal tem ensinado a importância do exercício da escuta e do respeito do tempo do outro. A encontrar beleza no silêncio que precede o som.

Quando as vozes se unem, há mais do que música: há sentido. Há comunhão.

A música cura, inspira, liga e transforma. No seio do Tribunal de Contas de Angola, ela tem feito exactamente isso: aproximar pessoas, criar memórias e semear esperança. Cada um canta com a sua voz. Porém, é no conjunto que nasce a verdadeira força - a força de um Tribunal que, além de fiscalizar com rigor, sabe, também, tocar a alma.



O Grupo Coral tem recebido elogios pelo profissionalismo, pela sensibilidade e pela harmonia que transmite em cada apresentação

O TRIBUNAL DE CONTAS EM MOVIMENTO

